

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Tim usará geração distribuída de energia para reduzir custos.....	2
Título: Bomba de diesel no governo de 2019	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Engie prevê investimentos de R\$ 300 mi em serviços.....	5
Título: Chega a conta das lambanças do diesel.....	6
Título: Petrobrás retoma operação da Replan após explosão	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	8
Título: Ímpeto privatista.....	8
Título: Tributos distorcem preços	9
Título: Incentivos setoriais são prejudiciais	11
Título: Problemas a resolver	12
Título: Dólar alto ameaça acordo do diesel	12
VEÍCULO: Valor Econômico.....	13
Título: Uma janela de oportunidades	13
Título: Tietê quer instalar geração solar com baterias em Roraima	16
Título: 'Micro grid' será testado em centro de operações em Bauru	18
Título: Santo Antônio tem aval para troca de dívida	20
Título: ANP libera áreas não atingidas por incêndio na Replan	22
Título: Arbitragem entre Paranapanema e bancos fica perto do fim	23
Título: Sistema inteligente	25
Título: Pressão por eficiência deve impulsionar a digitalização.....	27
Título: Empresas de TI fecham novos contratos com distribuidoras	29

Título: Armazenamento terá crescimento forte	31
Título: Centros de operação ampliam eficiência.....	33
Título: Pessoas físicas têm mais crédito para investir em geração	35
Título: Banco amplia financiamento ao setor	36
Título: Geração distribuída cresce 200% ao ano	37
Título: Plantas de 5 MW incentivam entrada de investidores	39
Título: Análise de dados é atual desafio de smart grid	41
Título: Projetos de microrrede devem ganhar escala em regiões mais remotas	42
Título: Ferramentas prometem reduzir gastos em até 35%	44
Título: Com startups, grandes empresas reforçam ações de impacto social	45
Título: Carro elétrico segue em marcha lenta.....	47
Título: Eletrovias reforçam estrutura de abastecimento	49
Título: PPPs viabilizam projetos de iluminação pública	50
Título: Setor de gás investe em tecnologia	51
Título: País deve centrar forças em pesquisas de smart grid.....	53
Título: Empresas criam associações para buscar segurança cibernética.....	55

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/08/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Tim usará geração distribuída de energia para reduzir custos

Mercado Aberto

A Tim ampliará sua geração de energia em pequena escala, a partir de fonte renovável e perto do local de consumo. A operadora contratará 15 empresas que farão projetos de geração distribuída em 21 estados.

"Até 2020, 60% da nossa demanda será atendida por essas opções fora do mercado tradicional. Isso gera economia de até 18% no valor que desembolsamos", afirma Bruno Gentil, diretor de recursos corporativos.

O programa envolverá fazendas solares, pequenas hidrelétricas e parques eólicos, além do uso de biogás.

Cerca de 30% da energia utilizada pela companhia hoje vem do mercado livre — em que grandes clientes podem escolher os fornecedores— ou da geração de pequenas hidrelétricas em Minas Gerais.

"Esse projeto foi nossa primeira experiência com geração distribuída e funciona desde o fim de 2017. Responde hoje por 11% do nosso consumo", diz.

A ideia é sair do mercado cativo, em que o pagamento se dá às distribuidoras, até 2032 reservas. As provisões técnicas das seguradoras totalizaram R\$ 4,51 bilhões de janeiro a junho deste ano, segundo o Sincor-SP (sindicato dos corretores).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/08/2018

Seção: Colunas

Autor: Vinicius Torres Freire

Título: Bomba de diesel no governo de 2019

Subsídio acaba no fim do ano, há pressão de alta nos preços e problema continua

O governo banca parte do preço do diesel desde junho. A concessão foi parte do acordo que deu fim ao caminhonço de maio. O subsídio acaba, no mais tardar, em 31 de dezembro. No dia seguinte, o novo presidente toma posse.

O que vai fazer a respeito? Vai negociar uma solução ainda com este governo e Congresso? Vai dar cabo do subsídio? Haverá então novo tumulto nacional nas estradas? Note-se que o subsídio não é o único problema criado pelo acordo caminhoneiro de Michel Temer.

Não há recursos para bancar o subsídio em 2019, o desconto de R\$ 0,30 por litro (outros R\$ 0,16 da redução acordada do preço do diesel vêm do corte de impostos). É muito dinheiro.

Neste ano, serão R\$ 9,5 bilhões apenas para pagar o desconto de R\$ 0,30. Para manter tal subsídio no ano que vem inteiro, seriam necessários R\$ 18,5 bilhões.

Observe-se que toda a despesa federal com obras, investimentos do PAC, não deve passar muito de R\$ 20 bilhões em 2019.

Não haverá dinheiro, a não ser que o governo faça mais dívida. Não faz sentido, até porque o governo já corta o essencial, como na despesa com obras, que cairá a menos da metade do gasto médio entre 2011 e 2016. O país se arrisca a ver desgraças como a daquela ponte que caiu em Gênova, na Itália.

O preço médio do diesel nos postos baixou. É R\$ 0,41 menor do que na semana da greve, mas apenas R\$ 0,10 mais barato do que no fim de abril, quando se organizava o caminhonão.

O problema é maior do que essa aritmética. A alta do dólar encarece o diesel e combustíveis em geral. Além do mais, importadoras e distribuidoras estão em conflito com a Agência Nacional do Petróleo. Não concordam com o novo preço tabelado (com o qual têm de se comprometer, a fim de receber o subsídio), a ser definido até amanhã.

Ao preço estipulado até agora, as empresas dizem que não importariam ou venderiam diesel. Deixariam ainda mais mercado para a Petrobras, que não vai aceitar perdas. Se o governo tentar intervir na empresa, ainda convalescente, mais problema, da petroleira ao mercado financeiro.

O acordo caminhoneiro estabeleceu também o preço mínimo do frete do caminhão. De início, o tabelamento criou desordem no transporte de produtos e matérias-primas agropecuárias. A seguir, foi parar na Justiça, porque associações nacionais de empresas de transporte, da indústria e da agropecuária contestaram a constitucionalidade da medida. O caso está em fase de audiências no Supremo.

Qualquer que seja a decisão do STJ; haverá problemas. Depois do tabelamento e do aumento de custos, empresas começaram a constituir sua própria frota de caminhões (caso de produtores e comerciantes de carne e grãos). Ou seja, pode ser que caminhoneiros tenham ainda menos serviço. Seria novo incentivo ao protesto.

Energia será, em geral, um dos dramas do próximo presidente.

O setor elétrico está em desordem. Caso não consiga privatizar seis distribuidoras estaduais de eletricidade falidas, o governo vai liquidá-las em breve (duas já estão marcadas para morrer). Há custos explosivos no bagunçado setor de geração de eletricidade, os quais ninguém quer pagar e vão acabar na conta de luz.

A inflação média foi de 7,3% desde julho de 2016. A da eletricidade doméstica, foi de 21,5%, próxima da alta do preço médio da gasolina nas bombas (25%) e do botijão de gás (26%) — o diesel subiu 11,5% nesse período.

É uma bomba energética.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/08/2018

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati Cynthia Decloedt Fernanda Guimarães

Título: Engie prevê investimentos de R\$ 300 mi em serviços

Coluna do Broadcast

A Engie vislumbra desembolsar mais de R\$ 300 milhões para expandir seu segmento de serviços não regulados no Brasil, que inclui atividades como eficiência energética e geração solar distribuída. O montante inclui aquisições, investimento em ativos, além de crescimento orgânico. Somente de janeiro a agosto já foram aplicados R\$ 230 milhões na Engie Soluções, incluindo a recente compra da consultoria especializada na área de energia GV Energy, que possui uma carteira que supera os R\$ 5 bilhões em gestão de contratos de fornecimento de eletricidade. E o presidente da empresa, Leonardo Serpa, afirma que novas operações estão no forno, em especial em áreas como eficiência energética e iluminação pública, mas não revela detalhes.

» Eficiência.

O foco da Engie Soluções é ter uma gama completa de serviços de eficiência energética, desde consultoria e engenharia até monitoramento, instalação, financiamento e operação e manutenção dos sistemas, para capturar as diversas oportunidades junto ao mesmo cliente. Após fortalecer sua área de consultoria, um próximo passo pode ser dado na incorporação de soluções de armazenamento de energia em baterias. Mas a estratégia, neste caso, pode passar por trazer sistema já do portfólio global da Engie, após aquisição feita em 2016 nos EUA. No segmento de iluminação pública, a empresa pretende participar em processos previstos para serem abertos no quarto trimestre, como em Guarulhos.

COM CIRCE BONATELLI E LUCIANA COLLET

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 30/08/2018****Seção: Colunas****Autor: Celso Ming****Título: Chega a conta das lambanças do diesel**

Distorção produz distorção. Quando essa situação prevalece, a conta chega mais depressa do que a solução definitiva. É, por exemplo, o que acontece com o subsídio ao óleo diesel, saída artificial adotada pelo governo que, em maio, quis dar fim à paralisação dos caminhoneiros. A decisão foi acabar com a política de reajustes (até diários) da Petrobrás, para garantir certa estabilidade dos preços, como reivindicavam os caminhoneiros. Em seu lugar, ficou garantida uma redução de R\$ 0,46 por litro de óleo diesel nos postos de reabastecimento.

A operação foi canhestramente “viabilizada” pela instituição de um subsídio de R\$ 9,5 bilhões a ser canalizado pelo Tesouro para as distribuidoras. Três meses depois, o dólar saltou de R\$ 3,50 para R\$ 4,12 e puxou em mais 18% os preços dos combustíveis. A distorção subsequente é a de que a importação de óleo diesel ficou agora inviabilizada, num momento em que a Petrobrás foi obrigada a paralisar sua maior refinaria (a de Paulínia) em consequência do incêndio ocorrido dia 20. Outra distorção é a de que o subsídio já não cobre o aumento do dispêndio.

Ainda vai se ver como garantir cobertura dos custos mais altos da Petrobrás e de outros importadores. Mais um problema: esse subsídio termina dia 31 de dezembro. Já no primeiro dia do novo governo não se saberá como ficarão os preços dos combustíveis nem que nova engenharia financeira cobrirá essas artificialidades oficiais.

E há todo o resto de errado, como as tabelas dos fretes, outra exigência evocada em nome da previsibilidade de preços, atendida apressadamente pelo governo Temer. Não há condições técnicas para praticar tabelamento uniformizante, num cenário de excesso de caminhões, falta de cargas, condições desiguais de estradas e de distâncias e necessidade de completar viagens sem carga de retorno.

O mercado ignora quem o ignora. Os preços dos combustíveis enfrentam duas variáveis que não podem ser desprezadas. A primeira é a das cotações internacionais, que oscilam a cada minuto, sujeitas a eventos de todo tipo, desde um acidente num oleoduto a uma nova tensão geopolítica. A outra variável é o câmbio.

Os preços do petróleo e de seus derivados são determinados em dólar, cujas cotações também variam a cada solução ou à falta dele. Não é possível manter tabelados os preços de algo sujeito a tais flutuações sem criar novas distorções: ou sobrevém o desabastecimento ou o caixa da Petrobrás sofrerá corrosões. É possível garantir certa estabilidade, ainda que por períodos curtos, desde que se crie um colchão para compensar diferenças.

Há quem argumente que o critério de preços dos combustíveis tem de observar os custos da Petrobrás mais razoável margem de lucro. Essa ideia não leva em conta duas coisas: qualquer critério de fixação de custos está sempre sujeito a novas distorções, e o Brasil precisa de novas refinarias. Não haverá interessados em investir nelas se os preços dos combustíveis não seguirem rigorosamente as flutuações do mercado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/08/2018

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Petrobrás retoma operação da Replan após explosão

Religamento das máquinas na Refinaria de Paulínia levará uma semana para ser concluído, diz estatal

A Petrobrás começou a ligar as máquinas da Refinaria de Paulínia (Replan), após nove dias de paralisação por conta do incêndio que atingiu três unidades produtivas, no último dia 20. Assim que recebeu o sinal verde da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ontem, a empresa iniciou o processo de retomada, que deve ser concluído em uma semana. Ainda assim, metade da produção permanecerá comprometida.

A Replan tem capacidade de produzir 415 mil barris por dia de derivados de petróleo, quase 20% do consumo interno. O nível de utilização era de quase 100% quando houve o acidente. A intenção da Petrobrás era ter religado a refinaria – a maior do conjunto de 13 unidades produtoras de derivados – no dia 24. Mas foi impedida pela agência reguladora, que exigiu da empresa a apresentação de documentos que comprovassem que a retomada da operação não colocaria em risco a segurança dos funcionários.

Além da apresentação dos documentos, técnicos da agência fizeram vistoria nos equipamentos antes de desinterditar a refinaria.

Trabalhadores.

Na Replan, as máquinas são duplicadas. A estatal pretende retomar a produção na metade que não foi atingida pelo incêndio. Os empregados, reunidos no Sindipetro- SP, questionam, no entanto, a capacidade de a empresa isolar as máquinas atingidas das que não foram afetadas no acidente, porque estão interligadas por uma tubulação comum.

Na Justiça do Trabalho de Paulínia (SP), eles conseguiram garantir, na última segunda-feira, a determinação de que a Petrobrás, em 48h, respondesse seus questionamentos. A Petrobrás respondeu ontem ao Estado/ Broadcast que protocolaria os esclarecimentos dentro no prazo. “O sindicato mantém representante na comissão que investiga as causas do incêndio na Replan. Até agora, a hipótese é de falha mecânica, segundo a entidade.

O equipamento que mede a pressão do tanque de águas ácidas estava com problema de leitura e, por isso, não foi capaz de demonstrar a pressão excessiva da unidade no momento da explosão. A dúvida agora é por que ocorreu essa falha se a unidade tinha acabado de ser inspecionada, no período em que esteve parada para manutenção. A Petrobrás, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que estão em andamento os trabalhos da comissão de investigação e que “qualquer conclusão agora é precipitada”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/08/2018

Seção: Opinião

Autor:

Título: Ímpeto privatista

Visão do Correio

Os candidatos à Presidência da República se desviam o quanto podem do assunto, mas a privatização estará no radar de todos eles, dado o inchaço do Estado e à necessidade de se arrecadar recursos extras para reduzir o rombo fiscal que persiste por cinco anos. Como bem ressalta a secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, o ímpeto privatista precisa voltar como forma de aumentar a competitividade da economia e de reduzir os custos aos consumidores.

Há um mês, comemorou-se os 20 anos da privatização do setor de telecomunicações. É inegável o avanço observado nesse período. Se, duas décadas atrás, uma linha de telefone fixo era vista como um grande investimento, tendo que constar no Imposto de Renda, hoje, é inimaginável encontrar alguém sem um telefone celular conectado à internet. Melhor: os

preços dos serviços desabaram. Há ofertas para todos os bolsos, como deve ser em uma economia moderna e inclusiva.

Recentemente, depois de um longo embate jurídico, o governo repassou para o setor privado o controle da empresa de energia do Piauí, a Cepisa. Para assumir a distribuidora, a companhia vencedora aceitou reduzir em 8,5% as tarifas cobradas dos consumidores. Teve, ainda, de desembolsar, de imediato, R\$ 721 milhões em investimentos, o correspondente a 30% do total a ser aplicado na ampliação da concessionária ao longo dos próximos cinco anos. A Cepisa está totalmente sucateada.

Nesta quinta-feira, será a vez de a União colocar à venda outras três distribuidoras altamente deficitárias e que estão sob o guarda-chuva da Eletrobras: a Boa Vista Energia, as Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) e a Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre). Juntas, elas devem mais de R\$ 1,5 bilhão. O governo aposta no sucesso do leilão. A privatização é a única forma de os consumidores voltarem a ter bons serviços.

Durante os governos do PT, a privatização foi satanizada, mesmo com o Palácio do Planalto transferindo serviços públicos para o setor privado: estradas e aeroportos, principalmente. Na disputa pelo segundo mandato, Lula colocou em seu principal adversário, Geraldo Alckmin (PSDB), a pecha de que ele privatizaria tudo, do Banco do Brasil à Petrobras. Alckmin teve, no segundo turno, menos votos do que no primeiro. Quando Dilma Rousseff assumiu o comando do país, criou uma leva de estatais que não servem para nada, a não ser sugar recursos do Tesouro Nacional que poderiam ir para a saúde e a educação.

Na situação fiscal em que o Brasil se encontra, com deficits anuais próximos de R\$ 150 bilhões, não há espaço para empresas ineficientes e sem capacidade de se sustentarem. Mantê-las somente como cabides de empregos é crime de responsabilidade fiscal. O próximo governo terá de se despir de todo o viés ideológico e privatizar o que puder. Quanto menor for o Estado, mais eficiente ele será para atender às reais demandas da sociedade. O dinheiro público deve ser tratado com respeito. A população não aceita mais desperdícios.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/08/2018

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari e Simone Kafruni

Título: Tributos distorcem preços

A tributação brasileira é complexa e gera distorções na economia. Esta foi a conclusão de analistas que participaram do Correio Debate: ICMS no setor de combustíveis — A unificação no combate à concorrência desleal. Diante dos altos preços cobrados nos postos, sete especialistas discutiram sobre os impostos que encarecem os produtos. O sistema tributário como um todo apresenta vários problemas, prejudicando o ambiente de negócios. A secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, que encerrou o evento, ressaltou que o excesso de “especificidades” gera complicações.

A representante da equipe econômica admitiu que há uma diversidade de alíquotas que fica “ao sabor dos entes federados”. Isso cria distorções na economia. Cada estado estabelece uma regra para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que varia entre 25% e 34%. Entre São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, o preço do litro da gasolina pode variar R\$ 0,60 por conta da tributação. Ana Paula admitiu que há muita concentração no refino e que é preciso aumentar os investimentos na área. Além disso, garantiu que a transparência para a política de preços vem aumentando nos últimos anos.

Helvio Rebeschini, diretor de Planejamento Estratégico e Mercado da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural), explicou que o Brasil tem um mercado bastante competitivo. “É um setor de extrema robustez. Temos um país continental, mas com uma segurança de abastecimento brutal. Com a greve dos caminhoneiros, isso foi testado e comprovado. Cinco dias após o fim da paralisação, 95% dos postos receberam combustíveis”, disse. “Ao mesmo tempo, o setor apresenta uma fragilidade muito grande. Tem um lado negro: não se pode brincar com a estrutura de setores de alta tributação”, criticou. Para ele, o resultado disso são R\$ 5 bilhões de inadimplência e sonegação do setor e uma dívida ativa de R\$ 60 bilhões, cujo histórico de recebimento é de 1%.

Hugo Funaro, advogado e especialista tributário, disse que é preciso a chamada monofasia, que se traduz na simplificação do ICMS. Na abertura do Correio Debate, o presidente da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural), Leonardo Gadotti, defendeu a medida. “Discutir o ICMS nos combustíveis é um desafio enorme para que se possa resolver o problema do setor, principalmente depois que a Petrobras sinalizou que quer atrair novos agentes para o mercado de refino”, afirmou.

Para ele, simplificar as questões tributárias ajudará a trazer novos players para esse mercado. “Recentemente, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, na Operação Rosa dos Ventos, descobriram que somente um agente, durante alguns anos, criou patrimônio de R\$ 5 bilhões em sonegação na área de

combustíveis no interior de São Paulo”, afirmou Gadotti. Para comparar, lembrou que a Lava-Jato, em quatro anos, conseguiu retornar R\$ 12 bilhões aos cofres públicos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/08/2018

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrarri

Título: Incentivos setoriais são prejudiciais

A secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, afirmou ontem que incentivos e particularidades fiscais são negativos para o ambiente de negócios. “É importante que tenhamos a compreensão de que os tratamentos específicos e os regimes especiais de tributação afetam a relação com outros setores e o equilíbrio geral do sistema.” Segundo ela, todos defendem a simplicidade, mas é preciso entender que cada especificidade a mais gera mais complexidade.

Ana Paula afirmou que os subsídios do governo somam 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que estavam em 2% há 10 anos. “Os países desenvolvidos não têm esse nível de gastos tributários. Aqueles que defendem subsídios para o setor entram em contradição com a defesa da simplificação do sistema tributário”, afirmou. Além disso, a secretaria da Fazenda citou que programas especiais de regularização tributária de empresas devedoras prejudicam os contribuintes honestos. Em 2017, o governo federal adotou o chamado Refis, que deu descontos e parcelou pendências de companhias endividadas com a Receita Federal.

“Cada vez que se abre um Refis, estamos dando uma sinalização para esperar (não pagar)”, disse. “Quem não paga bem acaba tendo vantagem sobre quem paga em dia. Empresas montam estrutura, com escritório de advocacia tributária e se dispõem a pagar corretamente os impostos”, completou. Ana Paula ressaltou que o Simples Nacional, regime que unifica e reduz a cobrança de tributos para micro e pequenas empresas, deu benefícios a contribuintes que não deveria. “O Simples alcança limite de faturamento muito maior que qualquer outro referencial internacional. O limite é R\$ 3,6 milhões anuais. Isso não é micro e pequena empresa”, alegou. “Escapou muito do objetivo de proteger empresas nascentes ou em pouca escala”, afirmou. **(HF)**

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 30/08/2018**Seção:** Economia**Autor:** Hanna Guimarães**Título:** Problemas a resolver

O sistema tributário brasileiro dá brechas a práticas irregulares, como a sonegação. O presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), Edson Vismona, defende que haja rigidez no combate ao devedor contumaz, que é o empresário que atua com o não pagamento de impostos. “Há aqueles que procuram entender a complexidade (do sistema tributário) para buscar brechas e burlar a lei. O não pagamento de imposto é brutalmente lucrativo”, destacou.

Primeiro painelistas do Correio Debate, o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel fez um breve relato de como a situação tributária dos combustíveis chegou ao estágio atual. Ele explicou que 48% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) são provenientes de três setores: combustíveis, 23%; energia elétrica, 17%; e telecomunicações, 8%. “Na área federal, uma providência para evitar a adulteração e a sonegação foi a desregulamentação dos mercados”, explicou.

O secretário executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Bruno Pessanha, enumerou as principais medidas para simplificar a tributação: definir os produtos a serem tarifados, tornar as alíquotas uniformes em todo o país, especificar um valor fixo de “ad rem” (valor cobrado por quantidade de produtos) e realizar desonerações. (SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 30/08/2018**Seção:** Economia**Autor:** Bruna Santa Rita**Título:** Dólar alto ameaça acordo do diesel

A alta do dólar neste mês ameaça o acordo firmado pelo governo com os caminhoneiros para o fim da greve em maio. O subsídio de R\$ 0,30 para manter o valor do diesel inalterado já não é suficiente para compensar refinarias e importadores pelo congelamento no preço. Mesmo fechando ontem em queda de 0,51%, cotado a R\$ 4,119, no mês a divisa dos Estados Unidos acumula alta

de mais de 10%.

Por conta dessa valorização, os consumidores devem se preparar também para novos aumentos da gasolina na bomba. “Como o Brasil não é autossuficiente na produção de combustíveis, é obrigado a importar, e o desembolso em real aumenta quando o dólar está mais alto”, explicou o diretor da corretora Miare Assent Pablo Spyer.

O diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) Décio Oddone lembra que a política de preços da Petrobras determina que os preços variam conforme o mercado internacional. Podem subir ou baixar de acordo com a cotação do dólar e do petróleo no exterior. Por esse motivo, segundo especialistas, o valor pago pelo governo para manter o preço do diesel está defasado.

Spyer afirma que, mesmo que o subsídio seja mantido para garantir combustível mais baixo para caminhoneiros, não vale para compra de diversos setores importantes, como o de energia. “As termelétricas também funcionam a diesel. Isso deve encarecer a eletricidade também. Esse é o efeito inflacionário do dólar”, disse.

Terminou sem acordo a reunião promovida pela Advocacia-Geral da União (AGU) com 151 transportadoras multadas durante a greve dos caminhoneiros. O encontro tinha como objetivo negociar a assinatura de um compromisso para que as empresas impeçam a obstrução de rodovias.

Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira

Título: Uma janela de oportunidades

Nos encontros que manteve com os assessores econômicos dos candidatos à Presidência da República, ao longo das últimas semanas, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, mostrou a disposição do atual governo de colaborar para a aprovação pelo Congresso, logo após as eleições, de medidas que possam ajudar a futura administração.

No entendimento da equipe de Michel Temer, há uma janela de oportunidades ainda neste ano que, se bem aproveitada, poderá mudar o atual cenário das

contas públicas e melhorar as expectativas do mercado para a retomada do crescimento da economia. Assim, o novo governo já começaria com algumas das atuais dificuldades superadas.

É evidente que a disposição do atual governo em colaborar pode não encontrar ressonância em alguns candidatos, que desejam justamente desmontar quase tudo o que foi feito por Temer, a começar pelo teto de gastos da União. Pelo menos no discurso.

A ideia é aprovar medidas logo após as eleições

Mas há aqueles também cujas divergências com a atual orientação na área econômica são mais pontuais, de forma ou de ênfase, do que de conteúdo, propriamente dito. Se um destes for eleito, certamente o convite à colaboração poderá ser aceito e o atual presidente poderá encaminhar, ainda com o atual Congresso, a votação de medidas importantes.

A primeira delas, sem dúvida, é a reforma dos regimes previdenciários. Se o presidente eleito for favorável à reforma, a proposta que já passou pela comissão especial da Câmara dos Deputados poderá ser retomada e, com uma grande probabilidade, aprovada ainda neste ano pelos deputados, em primeiro e segundo turno. Mesmo que a votação no Senado fique para o início de 2019, o fato de a reforma ter passado pela Câmara desanuviaria o horizonte para a futura administração, permitindo um início de governo mais tranquilo para o novo presidente.

A agenda do ministro Guardia para ser trabalhada no Congresso logo após as eleições tem mais nove itens. O primeiro é o projeto de lei que altera a tributação dos fundos de investimento fechados e dos fundos de investimento em participações (FIP). Caso o projeto seja aprovado, o governo estima uma receita de R\$ 10,7 bilhões em 2019, que foi incluída na proposta orçamentária do próximo ano, a ser enviada amanhã ao Congresso. Para vigorar no próximo ano, as mudanças nos fundos terão que ser aprovadas até o dia 31 de dezembro por causa do princípio da anterioridade.

O segundo projeto é o que aumenta a segurança jurídica e a atratividade para a venda da Amazonas Energia, a maior das seis distribuidoras administradas pela Eletrobras. Sem a privatização da distribuidora, só existem duas alternativas: a estatal continuar operando, jogando o déficit nas contas de luz de todos os consumidores do país, ou gastar bilhões de reais com a liquidação dessa empresa.

Um terceiro projeto estabelece regras claras para o acerto de contas entre a União e a Petrobras em torno da cessão onerosa de 5 bilhões de barris de petróleo no pré-sal, contrato fechado em 2010 e que até agora não foi revisto,

como estava previsto. A aprovação do projeto permitirá que o governo realize um leilão do excedente de petróleo dos campos da cessão onerosa, com receita que poderá superar R\$ 100 bilhões, de acordo com estimativas do **Ministério de Minas e Energia**.

Certamente, qualquer presidente gostaria de iniciar o seu governo tendo essa montanha de dinheiro em caixa. Os recursos serão importantes para o cumprimento da chamada "regra de ouro" das finanças públicas em 2019, que proíbe que as operações de crédito da União superem a despesa de capital (investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida).

Em junho, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que regulamenta a duplicata eletrônica, criando um registro nacional desse título de crédito. O esforço, então, seria apenas para aprová-lo no Senado após as eleições. O projeto que muda as regras para a inclusão de consumidores no cadastro positivo já foi aprovado pelo Senado e, na Câmara, falta apenas votar alguns destaques ao texto apresentados por deputados. A votação, portanto, poderá ser rapidamente concluída.

Em maio, Temer enviou ao Congresso projeto de lei para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária. O governo acha que é possível aprová-lo na janela legislativa após as eleições, juntamente com o projeto que define regras para a desistência da compra de imóvel na planta - o chamado distrato.

Um projeto, já aprovado pelo Senado, e que está sendo analisado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, altera as relações do Banco Central com o Tesouro Nacional. A atual equipe econômica considera que a legislação atual permite que o BC financie o Tesouro e que é indispensável acabar com isso.

Atualmente, o lucro contábil do Banco Central com as reservas internacionais é transferido para o caixa único do Tesouro, podendo inclusive financiar despesas primárias. O "lucro" é obtido porque as reservas são contabilizadas em reais. Quando o real se desvaloriza em relação ao dólar, o valor das reservas na moeda nacional aumenta. Esse aumento é considerado lucro e transferido ao Tesouro, em dinheiro, ao final de cada semestre. O lucro é puramente contábil porque não houve venda das reservas.

O projeto, aprovado pelo Senado, prevê que o "lucro" será transferido para uma "reserva de resultado" dentro do balanço do próprio BC e será usado para cobrir os prejuízos da autoridade monetária. Ou seja, não vai mais suprir de recursos o Tesouro.

Um último projeto é o mais polêmico, pois define a independência operacional do Banco Central. Ele chegou a ser patrocinado pelo atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), mas terminou parado. Não há consenso em torno dele nem mesmo entre os candidatos que estão mais próximo da atual orientação da política econômica.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | Bariri (SP)

Título: Tietê quer instalar geração solar com baterias em Roraima

Apesar de não ver risco de desabastecimento de energia em Roraima por conta dos problemas relacionados à Venezuela, o governo está tentando viabilizar, entre o fim deste ano e início de 2019, um leilão de "eficiência energética" para o Estado.

O certame, visto como um tipo de "piloto", vai contratar soluções que combinem novas tecnologias, como fontes renováveis e baterias para armazenamento de energia, para reduzir os preços da energia e as emissões de gases.

Prestes a concluir o projeto de pesquisa e desenvolvimento (P&D) do seu primeiro sistema de armazenagem de energia no Brasil, a AES Tietê espera que a primeira aplicação de grande porte da tecnologia das baterias seja nesse leilão. Segundo Ítalo Freitas, presidente da AES Tietê, a ideia é combinar as baterias com geração solar e geradores a diesel. A companhia enquadra o projeto na categoria dos "micro grids", pequenos sistemas que não dependem do Sistema Interligado Nacional (SIN).

As baterias ainda são uma tecnologia nova em todo o mundo, sem regulamentação no Brasil. Pioneira nessa solução, a AES Tietê inaugurou semana passada, em Bariri, interior de São Paulo, sua primeira bateria no Brasil, de 200 quilowatts (KW) de potência e capacidade de descarregar essa carga por uma hora.

O próximo passo é levar a tecnologia a Roraima, único Estado do país não interligado ao SIN. Segundo Freitas, se a AES Tietê sair vitoriosa no leilão, o

projeto da companhia terá 54 megawatts (MW) de potência e carga com duração de 45 minutos. "É um projeto gigantesco", disse o presidente da geradora.

O objetivo do leilão de eficiência em Roraima é reduzir a emissão de gases e obter energia a um custo menor do que o atual, concentrado em geradores a diesel, caros e poluentes. Segundo Eduardo Azevedo, secretário de desenvolvimento energético do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, o preço médio da energia na região está em torno de R\$ 1.500 por megawatt-hora (MWh). Hoje, o abastecimento de energia em Roraima depende de geradores a óleo combustível, caros e poluentes, e da importação de energia da Venezuela.

O objetivo é reduzir a emissão de gases e obter energia a um custo menor do que o atual

"O problema da Venezuela já havia sido detectado no passado e tinham sido identificadas soluções para isso. Uma delas é o leilão", disse Azevedo. Ele explicou que o certame, porém, será uma solução de médio prazo, uma vez que não há condições de implementar os projetos de energia limpa no Estado ainda neste ano.

Serão contratados aproximadamente 250 MW médios por um período de até cinco anos, sendo que alguns projetos podem ter o prazo menor ou maior, dependendo do vencimento dos contratos vigentes hoje.

No longo prazo, a prioridade do governo ainda envolve a construção do linhão que ligará a capital roraimense Boa Vista ao SIN. A linha de transmissão foi licitada em 2011, mas ainda não saiu do papel por falta de autorização da Funai - a linha passa por terras da comunidade indígena Waimiri-Atroari.

Na semana passada, o **Valor** informou que a Venezuela poderá cortar o fornecimento de energia à Roraima. A empresa estatal venezuelana Corpoelec, responsável pela operação da hidrelétrica de Guri, que fornece energia para Boa Vista e outros municípios do Estado por meio de uma linha de transmissão inaugurada em 2001, cobra uma dívida da ordem de US\$ 30 milhões do Brasil. O problema não é falta de dinheiro, mas dificuldades em concluir a transação por conta de sanções econômicas aplicadas contra Caracas pelo governo dos Estados Unidos.

"O nosso monitoramento mostra que não há risco de desabastecimento em Roraima", disse Azevedo. Segundo ele, há geradores a óleo combustível suficientes para suprir a demanda do Estado. "O problema é o custo", explicou, lembrando do preço mais alto dessa energia, que é subsidiado aos moradores

da região por meio de encargos pagos por todos os consumidores do país via tarifa.

O leilão de eficiência energética ainda não tem data para ser realizado. Segundo Azevedo, as projeções de demanda que devem ser prestadas pelas distribuidoras do Estado foram entregues com atraso, mas a solução energética, com o modelo do certame, deve ser elaborado ao longo dos próximos dias.

"A ideia é ter descarbonização. A princípio, o diesel servirá apenas para 'back-up'. Queremos baterias e bioenergia com certeza", afirmou o secretário. O edital vai especificar alguns produtos, com nível de flexibilidade para que as economias de energia sejam atendidas.

Segundo documentação disponibilizada pela área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em consulta pública sobre o leilão, os investidores vão competir pelo ganho de eficiência. A redução de consumo comprometida precisará ser entregue anualmente.

A repórter viajou a convite da AES Tietê

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De Bariri (SP)

Título: 'Micro grid' será testado em centro de operações em Bauru

O primeiro teste do uso de baterias para armazenamento de energia em pequena escala será feito pela AES Tietê em seu Centro de Operações de Geração de Energia (Coge), em Bauru. Segundo Ítalo Freitas, presidente da geradora, a bateria que resultou do projeto de pesquisa e desenvolvimento (P&D) localizada na hidrelétrica de Bariri, com 200 quilowatts (KW) de potência, será levada para lá futuramente.

A ideia é combinar a bateria com outras fontes de geração do Coge, que conta com painéis solares fotovoltaicos, um gerador a diesel, e está interligado à rede. Assim, a AES Tietê espera construir uma espécie de "micro grid", na qual a eficiência energética será a prioridade.

Em um aplicativo, o consumidor coloca informações como o custo do diesel e a tarifa de energia daquela concessão. O programa também estará conectado com a geração de energia das placas solares e com a bateria.

Se, em um determinado horário, o custo da energia na rede estiver mais barato, será dada prioridade a isso. No horário de pico, em que, no futuro, a energia terá um valor mais alto, o sistema poderá optar por usar a energia solar armazenada nas baterias ou mesmo acionar o gerador a diesel. Tudo será calculado automaticamente, e o consumidor só fará a opção por meio do aplicativo.

"A ideia é, posteriormente, miniaturizar o projeto, para vender para consumidores junto das baterias", explicou Freitas. Segundo ele, a AES Tietê tem negociações avançadas com três clientes para a contratação dos micro grids. Os projetos podem incluir a instalação de painéis solares nas próprias sedes dos clientes, ou por meio de fazendas remotas, seguindo as regras vigentes para geração distribuída.

O projeto ficará ainda mais atrativo a partir de 2019, quando deve entrar em vigor o preço horário, com variação dependendo da demanda por energia. Por enquanto, as baterias ainda não são uma tecnologia regulamentada, e não podem injetar a energia armazenada na rede. A saída será utilizar a tecnologia como estoque, armazenando a energia gerada pelos painéis solares.

A bateria instalada em Bariri foi a primeira iniciativa do tipo da AES no Brasil, mas a companhia tem experiência relevante disso no mundo. Desde o início deste ano, a companhia americana se uniu com a Siemens na joint venture Fluence, que recebeu os ativos de armazenamento de energia dos dois grupos, inclusive 48 projetos, somando 463 MW instalados em 13 países.

A escolha por Bariri se deu porque a usina tem geradores auxiliares às três turbinas principais, com potência de 1 MW cada um.

A usina, de 143 MW de potência, foi concluída em 1965. Freitas conta que as turbinas, trazidas da Suécia, foram pagas pelo governo brasileiro em sacas de café. Naquela época, os geradores auxiliares tinham a função de estabilizar a frequência da usina.

Com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para isso, os geradores ficaram sem função e começaram a ser usados para abastecer o consumo da própria hidrelétrica. Como a regulação não permite mais que isso seja feito, os geradores passaram a rodar vazios. Um deles passou a abastecer a bateria. "Alguns testes estão saindo agora, conseguimos usar a bateria para estabilizar a frequência em toda a região. A capacidade da bateria de descarregar no horário de pico também foi provada", disse.

Outra tecnologia trazida pela Fluence agora é uma bateria voltada para geração solar fotovoltaica, chamada de Sunflex. Segundo Freitas, os sistemas têm o

diferencial de se carregarem com uma velocidade maior. "A bateria fica carregada, quando o sol se põe ela entra e descarrega, aumentando o tempo de duração do consumo da energia solar", disse Freitas. Isso aumenta o fator de capacidade dos projetos dessa fonte. "A ideia do projeto é estender o tempo da solar para aumentar a garantia física, isso vai derrubar ainda mais os preços da fonte no mercado", completou.

Futuramente, a AES Tietê avalia instalar a tecnologia nos parques solares em construção pela própria companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti, Camila Maia e Silvia Rosa | De São Paulo

Título: Santo Antônio tem aval para troca de dívida

A Santo Antônio Energia (Saesa) conseguiu, na terça-feira, dar o passo que faltava para reestruturar R\$ 10 bilhões de uma dívida total de R\$ 15 bilhões. Controladora da hidrelétrica, a Madeira Energia (Mesa) aprovou em assembleia de acionistas a conversão de cerca de R\$ 1 bilhão de dívida em capital. Essa troca era condição precedente exigida pelo BNDES, principal credor, direta e indiretamente, dos compromissos em renegociação.

No entanto, a aprovação não foi unânime, pois os acionistas estão em pé de guerra. A assembleia registrou diversos protestos. O clima esquentou tanto que chegou a se falar em risco de recuperação judicial. Não está claro se a aprovação por maioria será considerada suficiente pelo BNDES e demais bancos credores para finalizar a reestruturação.

A disputa entre os sócios ameaça o futuro da usina, uma vez que a renegociação é essencial para a empresa se reequilibrar. A Santo Antônio enfrenta dificuldades sérias até mesmo para os compromissos cotidianos, conforme o **Valor** apurou, e a reestruturação da dívida com o BNDES traria alívio.

O crédito de R\$ 1 bilhão que será convertido em ações é detido por três dos cinco sócios da usina - Furnas, Odebrecht Energia e FIP Amazônia (Odebrecht e FI-FGTS). Dessa forma, tal dívida com esses acionistas se transformará em participação acionária adicional para eles, diluindo os demais sócios, Cemig e Andrade Gutierrez.

Justamente os sócios diluídos, Cemig e Andrade Gutierrez, que detêm 22,4% do negócio, foram contrários à capitalização. Furnas, Odebrecht e FIP Amazônia têm 77,6% e, por maioria, aprovaram a transação.

Por trás dessa divergência dos sócios está a perspectiva de venda da Santo Antônio. Há um processo formal de venda aberto para o controle da hidrelétrica. Foram oferecidas a potenciais compradores, as participações de Odebrecht, Cemig e Andrade Gutierrez, num bloco único.

Com a diluição pela conversão da dívida, Cemig e Andrade Gutierrez devem receber menos pela venda. A questão é especialmente sensível para a estatal mineira. A depender do valor obtido, a empresa teria de fazer uma baixa no balanço, o que traz receio de questionamentos aos administradores.

Resultado de mais de R\$ 20 bilhões em investimentos, a hidrelétrica, localizada no rio Madeira (RO), tem capacidade instalada de 3.568 megawatts (MW) e 2.424 MW médios de garantia física, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de pessoas, segundo a própria companhia. O contrato de concessão vai até 2043.

A troca da dívida de R\$ 1 bilhão por ações usará como referência o valor patrimonial da Mesa. O ponto da discórdia não tem relação com a avaliação da empresa. Cemig e Andrade argumentam que essa capitalização só deveria ocorrer após a solução de uma discussão entre a Santo Antônio e o consórcio que construiu a usina - Odebrecht Engenharia e Construção, Alstom e Andrade Gutierrez.

A transformação da dívida com os sócios em capital foi colocada como exigência pelo BNDES, que não quer esse débito concorrendo com os seus para recebimento.

A reestruturação dos R\$ 10 bilhões, se finalizada, trará alívio sobre o ritmo da amortização - que será adiada e só começará em 2025 - e sobre os desembolsos imediatos com o serviço da dívida.

Embora a expectativa seja de aprovação, ainda não está claro para nenhum dos sócios se o BNDES vai dar o consentimento final. O temor é que o banco de fomento veja risco de a questão se transformar em mais uma batalha judicial entre os acionistas, pela aprovação sem unanimidade.

A reestruturação também alongará o prazo final da dívida, que passa de 2034 para 2040. No curto prazo, a proposta poderá reduzir as despesas financeiras. Há carência parcial dos juros até 2025. Além disso, há previsão de troca da indexação de TJLP para TLP, com o spread adicional caindo de 2,4% para 1,5% para o BNDES e de 3,3% para 1,4% para os bancos repassadores. Embora de

imediatamente o impacto signifique redução, o custo final no longo prazo dependerá de como estará a TLP - atrelada ao IPCA mais os retornos da NTN-B.

As brigas entre os sócios da Santo Antônio não são novas. O crédito detido por Furnas, Odebrecht e FIP Amazônia a ser capitalizado já é fruto de uma disputa arbitral promovida e vencida por Cemig e Andrade Gutierrez. Em 2017, metade de uma capitalização de R\$ 1,5 bilhão feita por esses três sócios em 2014 não foi reconhecida para formação do capital social da Mesa. Como a Santo Antônio não tinha como devolver os recursos já gastos, o valor revertido se transformou numa dívida com os sócios. **(Colaboraram Marcos de Moura e Souza, de Belo Horizonte, Daniel Rittner, de Brasília, e Francisco Góes, do Rio de Janeiro)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Marcelle Gutierrez | Do Rio e de São Paulo

Título: ANP libera áreas não atingidas por incêndio na Replan

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) liberou ontem as instalações da Refinaria de Paulínia (Replan) não afetadas pelo incêndio ocorrido no dia 20 de agosto.

A Petrobras, por sua vez, informou que as unidades não afetadas iniciariam a retomada das atividades ainda ontem. A destilação será normalizada em dois dias, enquanto as unidades de craqueamento catalítico e hidrotratamento em três dias e as demais unidades não afetadas em até uma semana. Com isso, 50% da produção da refinaria será normalizada em até uma semana.

Segundo comunicado da ANP, a liberação ocorreu após serem verificadas as condições de segurança do isolamento das unidades envolvidas no acidente por uma equipe da agência. A Petrobras também já havia enviado toda a documentação exigida pela ANP.

A agência reguladora do setor de petróleo e gás havia interditado a refinaria no dia 24 de agosto, com a justificativa de garantir a segurança operacional das instalações e evitar novos acidentes.

Ontem, a Petrobras informou que a ANP faria uma inspeção de isolamento das áreas atingidas.

A ANP informou ainda que a medida cautelar de interdição não incluiu as operações de tancagem e utilidades não afetadas pelo acidente e que está em andamento o processo administração de investigação do acidente.

A Replan é a maior refinaria da Petrobras e responde, sozinha, por cerca de 20% da carga processada no país. Na segunda-feira, o gerente-executivo de logística da estatal, Cláudio Mastella, havia antecipado que, para compensar a parada da Replan, a estatal estava aumentando a produção das demais refinarias e o volume de importação.

Segundo ele, a empresa encomendou seis cargas, sendo cinco de diesel, num total de 1,5 milhão de barris, e mais uma carga de querosene de aviação

"É um equilíbrio. Estamos compensando parte com refino, parte com importação. Temos refinarias que têm como compensar mais em condições econômicas e outras que não chegam a competir com a importação que eu posso fazer", afirmou o gerente, na segunda-feira.

Segundo o gerente-executivo, praticamente todas as refinarias aumentaram sua carga de processamento. Para Mastella, um patamar de processamento de 80% a 90% é "um número razoável" para o momento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Arbitragem entre Paranapanema e bancos fica perto do fim

A Paranapanema, fabricante de cobre e seus produtos, acredita que pode ter chegado ao fim de um processo que se arrastou durante onze anos. Na opinião da empresa, a decisão da arbitragem envolvendo bancos tirou significativamente o risco que pairava sobre suas contas. Do lado contrário, dos bancos que participavam do contrato - BTG Pactual (na época, UBS Pactual) e Santander -, ainda há expectativa de que os termos finais possam ser favoráveis.

A companhia tomou R\$ 206 milhões emprestado em contrato de mútuo com Santander e BTG em 2007 comprometendo-se a pagar o valor com juros ou transferir ações como pagamento. Se a via da emissão de papéis fosse a escolhida, seria calculada a diferença entre a data de entrega e o último dia para a sua monetização, mais de um ano depois da entrega.

O caminho que a companhia escolheu foi o segundo e, em agosto de 2008, distribuiu 44,8 milhões de ações às instituições financeiras. Na apuração, em novembro de 2009, a conta ficou negativa e os bancos cobraram a fatura em dinheiro, como previsto. A Paranapanema contestou o contrato em arbitragem por alegar que o valor auferido pela monetização ultrapassava a dívida em cerca de 54%.

Segundo uma fonte ligada aos bancos, a reclamação é que a venda dessas ações começou logo antes da crise de 2008, que trouxe grande volatilidade ao mercado. Nesse período de 15 meses, por exemplo, a valorização foi de 27,5%. Mas em novembro de 2008, o papel tocou a mínima de R\$ 1,77, um terço do que valia no fim de julho. A fonte argumenta que a alienação foi feita gradativamente ao longo do período.

A Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) havia decidido em 2012 favoravelmente ao Santander, mas liminar da Justiça exigiu a realização de nova arbitragem. Agora, na segunda decisão, a câmara diz que a parcela de correção dos valores do contrato pagos por meio de ações está extinto. Ou seja, o cálculo que falta agora é para saber quem deve a quem e se de fato há mais recursos a serem desembolsados por alguma das partes.

No entanto, a CCBC ainda não publicou o teor final da decisão, o que significa que, a depender da variável de correção que seja escolhida para o montante, é possível que a Paranapanema ainda tenha um grande passivo a arcar. O **Valor** apurou que é isso o que esperam os bancos.

A diretoria da companhia acredita que não. Tanto que não se preocupou com o vencimento de um acordo preliminar com o Santander, que determinava valores mais específicos para cobrir o que o banco considera ainda ser uma dívida a receber.

"Nossa aposta e a dos credores que participaram da nossa reestruturação financeira é de que o dinheiro a ser desembolsado vai ser muito menor do que se esperava", diz André Gaia, diretor financeiro da metalúrgica. Segundo a empresa, foram esses detentores de dívida, participantes de uma readequação da estrutura de capital durante o ano passado, que não quiseram dar prosseguimento ao acordo com o Santander.

Procurados, os bancos não quiseram comentar o assunto.

"Temos um sentimento que entre três a seis meses teremos o detalhamento da correção a ser feita nos pagamentos", diz Gaia. "Fizemos algumas simulações e a percepção é de que a decisão arbitral tira em muito o risco que tínhamos contabilizado no balanço."

Nas notas explicativas do balanço do segundo trimestre, a empresa estimou que o valor devido, já corrigido - e não provisionado - era de R\$ 768,6 milhões. Isso equivale a quase um trimestre de receitas da empresa, ou o triplo do lucro bruto apresentado em 2017.

"Acho que a companhia sempre realiza operações mais condizentes com sua situação e objetivo", diz Gaia. "Não vemos necessidade para realizar, num horizonte próximo, outro empréstimo como esse da arbitragem. Preferimos e conseguimos no momento operações mais simples, claras, transparentes."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Suplemento - Energia

Autor: Roberto Rockman | Para o Valor, de São Paulo

Título: Sistema inteligente

Em junho e julho, pesquisadores saíram às ruas de Cataguases, sul de Minas Gerais, para conversar com a população e a prefeitura e iniciar um estudo sobre a implementação do conceito de cidade inteligente no município de 70 mil pessoas. Além de avaliar a possibilidade de instalação de medidores e iluminação pública inteligentes, microgeração distribuída solar, sistemas de armazenamento e mobilidade urbana com bicicletas e veículos elétricos, o projeto, com conclusão prevista para setembro, busca analisar as oportunidades com o avanço da tecnologia. A ideia é que a partir do próximo ano sejam colocados em prática na cidade os primeiros projetos pela Energisa, concessionária local, afirma o gerente de inovação da empresa, Gilson Paulillo.

As novas tecnologias que prometem revolucionar o setor elétrico estão na pauta prioritária do setor. O consumidor deixará de ser uma figura passiva: com os medidores inteligentes e a instalação de painéis fotovoltaicos ganha novo poder no sistema, como minigerador.

As concessionárias terão de se adaptar a esse novo mundo em que uma parcela crescente da receita virá do mercado não regulado. O desafio do país será criar uma regulação que incentive essas tecnologias, mas não onere ainda mais as tarifas. "A equação se tornaria mais fácil com a redução de tributos, mas a crise fiscal, que deve continuar apertando as contas da União e Estados nos próximos quatro anos, dificulta isso", destaca Daniel Martins, sócio da consultoria Roland Berger.

Parte mais visível da revolução, os medidores inteligentes ainda ensaiam os primeiros passos no Brasil, com projetos baseados no programa de Pesquisa e

Desenvolvimento da Aneel. A CPFL Energia decidiu em março que seu projeto piloto de medidores inteligentes para baixa tensão será em Jaguariúna (SP). Para que a inovação ganhe escala, o setor demanda incentivos. "Seria preciso resolver questões regulatórias, o reconhecimento na tarifa é dado apenas na revisão periódica, que ocorre a cada quatro a cinco anos, com uma tecnologia que demanda investimento intensivo em dez anos ou mais. É preciso reconhecer que elas podem acelerar a adoção de carros elétricos ou de microgeração distribuída", diz Caio Malagoli, diretor de engenharia da empresa.

A reforma do setor elétrico não trata do tema, mas a Aneel poderá rever em 2019 a metodologia do custo de capital das concessionárias para as rodadas de revisões periódicas de tarifas da próxima década. As empresas discutem como criar mecanismos que incentivem investimentos em novas tecnologias.

Para Carlo Zorzoli, presidente da Enel, que recentemente adquiriu o controle da AES no Brasil, a digitalização ocorre em três movimentos. Primeiro, é feita a instalação de alguns elementos digitais na rede, o que permite um conhecimento mais preciso do estado da rede em comparação ao padrão histórico. O segundo movimento é obtido com as redes inteligentes e a instalação de medidores que leem o consumo e podem mostrar quanto o consumidor gera de energia. O terceiro nível está ligado à existência de uma série de sensores na rede que, junto aos medidores eletrônicos e aos equipamentos da digitalização básica, permitem acompanhar a condição dos equipamentos, como a temperatura dos transformadores, alinhado à análise de dados. "O que separa o Brasil desta segunda etapa de digitalização é a questão regulatória, já que não se reconhece o valor investido pelas empresas na adoção dos medidores eletrônicos", afirma Zorzoli.

Uma parte da regulação também está sendo tratada no Projeto de Lei 1917, que tramita no Congresso e prevê ampliação do mercado livre e alguns aperfeiçoamentos que podem incentivar novas tecnologias. "O projeto traz alguns direcionadores importantes para maximizar o valor de ativos como as hidrelétricas. A precificação da eletricidade em base horária e da capacidade de atendimento à ponta e rampa devem trazer novas oportunidades", observa Eduardo Sattamini, presidente da Energie Brasil Energia.

A operação do sistema será mais complexa, o que exigirá mais tecnologia. O horário de maior consumo migrou da novela das 21 horas para o meio da tarde, quando o acionamento do ar condicionado é intenso nos escritórios. As hidrelétricas, que há 25 anos respondiam por 90% da geração, hoje respondem por cerca de 60%. Em 19 de agosto, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) registrou novo recorde horário de geração eólica, atendendo 98% da demanda do Nordeste.

A geração distribuída será mais presente. "Haverá incertezas climáticas, necessidade de previsões sobre temperaturas, irradiação, ventos, chuvas e uma tendência de que o mercado livre aumente e o consumidor ganhe mais poder, com as distribuidoras ganhando mais autonomia e tendo novas funções nesse contexto", destaca Gustavo Figueira, líder empresarial da Marcroplan, que recentemente entregou estudo de planejamento estratégico para o ONS.

No Brasil, estima-se crescimento de 3,7% ao ano do consumo de energia elétrica até 2026, de acordo com dados da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE). Geração distribuída com painéis fotovoltaicos deve ganhar espaço na matriz. Segundo projeções do governo, a capacidade instalada do setor pode crescer mais de dez vezes nos próximos dez anos, para 3 GW de potência instalada.

Redes de farmácias, escolas, hospitais, agências bancárias estão começando a analisar investimentos no setor, de olho na redução da conta de energia. A recente onda de reajustes de concessionárias, acima de dois dígitos, aqueceu o segmento, diz o presidente da AES Tietê, Ítalo Freitas. "Contatos que foram feitos há um ano agora voltaram a ser discutidos pela alta dos custos", relata.

Sistemas de armazenamento também ganharão escala, seja em grandes consumidores, interessados em melhorar a qualidade do abastecimento e reduzir oscilações na rede, seja em distribuidoras. "Claramente, o armazenamento terá um papel importante e poderá ser de forma concentrada, com usinas de armazenamento, ou de forma distribuída, em que, por exemplo, dezenas de milhares de carros elétricos poderão fornecer serviços de armazenamento e balanceamento quando conectados a uma rede de distribuição inteligente. No último caso, o mesmo consumidor residencial poderá atuar dessa forma quando possuir um medidor inteligente", diz Zorzoli, da Enel.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Suplemento - Energia

Autor: São Paulo

Título: Pressão por eficiência deve impulsionar a digitalização

Nos últimos cinco anos, o setor elétrico nacional destruiu R\$ 65 bilhões em valor por uma conjunção de fatores: baixa consolidação em distribuição; a reduzida eficácia dos incentivos por eficiência, em especial no setor público; a falta de disciplina financeira e de modelos de gestão de custos e investimentos; a lentidão do setor para modernizar e digitalizar suas operações; a intervenção

dos últimos governos que gerou significativas perdas financeiras (MP 579, de 2012) e uma recorrente instabilidade regulatória.

"O setor elétrico não consegue gerar retornos suficientes para pagar seus custos de capital, mas esse cenário abre oportunidades. Existem ineficiências tradicionais que podem ser exploradas para melhorar as margens operacionais com otimizações simples", diz Daniel Martins, autor de um estudo da Roland Berger que analisou os balanços dos 23 maiores grupos do setor elétrico brasileiro.

Até R\$ 20 bilhões da geração de valor projetada poderiam vir apenas com a digitalização de operações. A modernização do setor elétrico brasileiro deveria permitir a criação de R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões de valor adicionado nos próximos três anos. "Muitos grupos internacionais têm expandido sua atuação no Brasil porque veem essas oportunidades. Essa busca por mais eficiência deverá levar ao avanço tecnológico nesses próximos anos, as concessionárias terão de ser mais eficientes em um cenário de revolução no setor elétrico mundial."

Haverá um outro atrativo para o setor de distribuição modernizar suas operações. A cada quatro ou cinco anos, em média, as 63 distribuidoras do país são submetidas a um processo de revisão tarifária pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que usa um modelo que compara a eficiência das diversas concessionárias. "Isso pressionará as margens e deverá fazer com que as empresas queiram ser mais eficientes e há o lado da mudança da figura do consumidor", aponta Martins.

Para o líder empresarial da Macroplan, Gustavo Figueira, o avanço das tecnologias não está relacionado apenas à questão tarifária, e tem de ser visto sob um prisma mais amplo. "As tecnologias que vêm, como as redes inteligentes, são mais caras, uma parte disso terá de ser reconhecido pelo regulador, mas há também ganhos que poderão ser incorporados pelas concessionárias que ganharão mais eficiência e podem ter menos perdas. Caso houvesse um programa e linhas de financiamento, o avanço tecnológico poderia ser acelerado, o que podemos ver no Brasil é uma transformação mais lenta."

A tecnologia que deverá mais avançar no curto prazo é a microgeração distribuída solar, impulsionada pela queda dos preços de adoção dos sistemas fotovoltaicos pelo mundo. Em cinco anos, o número de conexões subiu de 23, em junho de 2013, para pouco mais de 30 mil, respondendo por cerca de 250 MWp. A Aneel estima que esse total poderá chegar a 700 mil pontos na metade da próxima década. No Brasil, a resolução 482 da agência permite que o consumidor gere energia a partir de painéis fotovoltaicos e possa abater o que consumiu de sua conta mensal de luz. O consumidor ganha novo papel.

"Há uma tendência cada vez maior de empoderamento do consumidor no setor elétrico", destaca Karin Luchesi, vice-presidente de operações para mercado do Grupo CPFL Energia. "A chave do sucesso desse novo momento será a regulação, que tem de analisar todos os pontos", diz Nelson Leite, presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee). Projeto de telhados solares conduzido pela CPFL Energia apontou que as redes de distribuição demandarão investimentos no médio e longo prazo para apoiar a expansão da entrada de geração distribuída no sistema interligado. Isso poderá pressionar ainda mais a rede brasileira, defasada em alguns pontos.

Um exemplo dos desafios está na Alemanha. Quando passou a ter 30% de sua matriz com microgeração distribuída solar, a complexidade da matriz do país europeu cresceu e a qualidade de energia distribuída caiu. No caso brasileiro, em que o sistema de transmissão escoava grandes blocos de energia por grandes distâncias, a situação poderá se tornar ainda mais desafiadora, com redes defasadas e a expansão da geração distribuída solar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Suplemento - Energia

Autor: Jacilio Saraiva | Para o Valor, de São Paulo

Título: Empresas de TI fecham novos contratos com distribuidoras

Apesar do cenário de investimentos represados, fornecedores de soluções e serviços de tecnologia da informação (TI) estão conseguindo fechar contratos com as distribuidoras de energia. Empresas como Siemens, Hitachi Vantara, Sonda e Logicalis entregaram, no último semestre, projetos para clientes como CPFL Energia e Enel. Para especialistas no setor, as companhias priorizam ferramentas para melhorar indicadores de performance, cortar custos e gerenciar as redes de distribuição.

Há dois meses, a Siemens selou um acordo para fornecer dois sistemas digitais para subestações da CPL Energia. Uma subestação é uma instalação de alta potência que contém equipamentos para transmissão e distribuição de energia, além de recursos de proteção e controle.

Avaliada em cerca de R\$ 1,5 milhão, a solução será implantada na CPFL Paulista, responsável por distribuir eletricidade para 4,4 milhões de usuários. Com entrega prevista para o final de 2018, a solução é a primeira do tipo já desenvolvida pela marca alemã no Brasil.

Na prática, o sistema digitaliza dados analógicos dos equipamentos dos pátios e os transmite, por meio de redes de fibra óptica, para dispositivos na casa de controle da distribuidora. Nos modelos convencionais, o envio de informações é feito por meio de cabos de cobre.

Sérgio Jacobsen, gerente da unidade de digital grid da Siemens, afirma que, como a medição da tensão passa a ser feita também via fibra, é possível reduzir em pelo menos 30% os custos com materiais e serviços, principalmente na parte de cabeamento e engenharia de projeto.

Outro diferencial no contrato, segundo o executivo, é que o sistema ganha conectividade com uma plataforma baseada em internet das coisas (IoT). "Dessa forma, a CPFL ainda poderá usufruir de aplicações de big data e análise de dados para uma melhor gestão dos seus ativos."

Jacobsen acredita que os investimentos no setor de distribuição de energia serão retomados este ano, mas de forma lenta. A capacidade de investir das empresas sofreu um impacto depois de ações que travaram o mercado, como a Medida Provisória 579, de 2012. Com a MP, geradoras e transmissoras puderam renovar suas concessões por 30 anos mas, para isso, trocaram tarifas acima de R\$ 100 pelo megawatt-hora por taxas de cerca de R\$ 30. No final das contas, a queda de receita acabou engavetando novos aportes.

Este ano, a esperança do setor de TI é que as necessidades de melhoria na qualidade do fornecimento das redes atraiam novas encomendas. "As expectativas são boas, por conta da integração de tecnologias, como a geração distribuída e o armazenamento de energia."

A Hitachi também aposta que a adoção de soluções de IoT e redes inteligentes nas distribuidoras vai puxar trabalhos na área de armazenamento de dados, a partir deste ano. "Com isso, teremos como consequência mais informações coletadas nas empresas, que ajudarão na diminuição de riscos em tomadas de decisão", avalia Ivo Leonardo de Sousa, consultor de soluções da Hitachi Vantara, subsidiária da multinacional japonesa especializada em gerenciamento de dados.

No início do ano, a fornecedora entregou um pacote de armazenamento de informações para a CPFL. Em caso de incidentes, como a parada do site principal da distribuidora, a operação é automaticamente transferida para uma unidade remota, sem um segundo de interrupção, garante Sousa. Nos sistemas tradicionais, pode-se esperar horas ou até dias para que as aplicações voltem a funcionar.

Na Logicalis, de soluções e serviços de TI, um dos contratos mais recentes envolveu a entrega de softwares e servidores para modernizar a comunicação entre o centro de operações da Enel Distribuição Rio e equipes de manutenção em campo. A Enel oferece energia para cerca de 17 milhões de clientes, no Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e São Paulo.

"Com a possibilidade de novas privatizações no setor, há uma perspectiva de que as distribuidoras invistam na modernização das redes, principalmente com soluções que tragam eficiência operacional e uma melhor qualidade de serviço ao cliente", diz Carlos Simionato, consultor do segmento de utilities da Logicalis.

Na Sonda, que atende distribuidoras como a paranaense Copel e a Energisa, um dos destaques do portfólio é uma solução de gestão de rede de distribuição que roda na nuvem, segundo Rivaldo Ferreira, diretor de utilities para a América Latina. Entre os recursos da ferramenta, é possível diagnosticar automaticamente um ponto de falha a partir das reclamações feitas pelos consumidores. "Isso permite direcionar as equipes técnicas de forma mais assertiva, diminuindo o impacto para os usuários."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Suplemento - Energia

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Armazenamento terá crescimento forte

O avanço do sol e do vento, fontes intermitentes, na matriz elétrica deve resultar no crescimento de tecnologias de armazenamento de energia elétrica, um segmento ainda incipiente no Brasil. Desde junho, a AES Tietê iniciou o maior projeto piloto no segmento, ao instalar na usina hidrelétrica de Bariri (SP) uma bateria de lítio para armazenamento de 200 kW de energia. A bateria ficará conectada ao gerador auxiliar, que trabalha com a iluminação da hidrelétrica e bombeamento de máquinas. O Operador Nacional do Sistema (ONS), que busca avaliar os impactos do sistema na rede básica, acompanhará o teste, cujo investimento está em cerca de R\$ 2,5 milhões.

"Essa tecnologia de armazenamento é uma tendência forte para o Brasil, principalmente com a interligação mais complexa com linhas de transmissão do Norte para o Sudeste. Ela pode ser usada como backup na transmissão ou na geração na ponta como alternativa para o consumidor reduzir a conta ou como alternativa a investimentos em linhas de transmissão ou distribuição", diz Ítalo Freitas, presidente da AES Tietê.

Para Freitas, em três a cinco anos esse nicho deverá ter um forte crescimento por conta dos múltiplos usos. Também pode ser usado para dar maior qualidade ao abastecimento para indústrias que têm necessidade de que as linhas operem sempre na mesma frequência e não sejam perturbadas com oscilações da rede.

Essas múltiplas funções permitem que a inovação seja oferecida a uma ampla gama de clientes, de comercializadoras a grandes consumidores e distribuidoras. "No caso do Brasil, essa expansão do segmento vai acontecer. Já foi estimada uma capacidade potencial de armazenamento de 95GW, o suficiente para abastecer o país por uma hora; e a capacidade instalada já era 1 GW em 2016", afirma Gustavo Figueira, líder empresarial da consultoria Macroplan.

Grandes empresas dos Estados Unidos e da Europa que fabricam os equipamentos já sondam o mercado brasileiro buscando entender a regulação. Atualmente não há regras sobre o segmento nem como seu custo seria repartido. "Esse é um mercado com grande potencial de crescimento", diz Fabiano Brito, sócio da área de infraestrutura do Mattos Filho Advogados.

O interesse atrai comercializadoras também. A Comerc montou uma parceria com a MicroPower Energy, fundada pelo ex-vice-presidente da Tesla Energy, Marco Krapels. A empresa está trazendo ao Brasil um serviço de armazenamento de energia elétrica em baterias sem a necessidade de investimento pelo cliente. A ideia é que a solução possa ser aplicada como alternativa à geração na ponta - quando o custo é mais alto na rede básica -; para redução da demanda, permitindo reduzir o consumo, ou para funcionar em caso de apagão.

"Esse segmento, eficiência e armazenamento poderão responder por 20% da receita em cinco anos", diz Christopher Vlavianos, presidente da Comerc, comercializadora que estreia nessa área.

Na área de distribuição, a tecnologia pode criar novas maneiras de operar a rede. A CPFL Energia está executando seu maior programa de investimentos em pesquisa e inovação com objetivo de entender mais da tecnologia. A concessionária irá investir R\$ 60 milhões em três projetos de armazenamento de energia ligados ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Aneel. Um projeto se refere a armazenamento em um parque eólico, outro está ligado à usina solar de Tanquinho, primeiro investimento da empresa no setor, e o terceiro à geração distribuída e aos impactos sobre a rede de distribuição. "Com a maior intermitência das fontes na matriz, as baterias podem ser usadas para melhorar a qualidade do abastecimento das redes de distribuição, para reduzir a oscilação de tensão", diz Karin Luchesi, vice-presidente de Operações de Mercado.

A Enel também investe na área. Cerca de 300 residências de um condomínio de alto padrão próximo à Fortaleza (CE) terão sua estrutura elétrica interna transformada em uma microrrede autônoma capaz de funcionar conectada ou não à rede elétrica da distribuidora. O projeto une três principais conceitos tecnológicos: geração distribuída, com a presença de plantas fotovoltaicas e um parque eólico já existentes na região; armazenamento da energia para uso quando necessário; e redes inteligentes, com a automação da rede elétrica, automação de cargas prioritárias das unidades consumidoras do condomínio e softwares de gestão. "O objetivo do projeto é transformar a estrutura elétrica interna de um condomínio de casas numa microrrede autônoma capaz de funcionar conectada ou não à rede elétrica da Enel Distribuição Ceará, graças ao armazenamento de energia", diz o presidente da empresa, Carlo Zorzoli.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Suplemento - Energia

Autor: Inaldo Cristoni | Para o Valor, de São Paulo

Título: Centros de operação ampliam eficiência

As distribuidoras de energia elétrica investem na construção de modernos centros de operações integrados (COI) - unidades equipadas com recursos tecnológicos de última geração que permitem a gestão mais eficiente da rede e a diversificação dos serviços prestados aos consumidores.

Por gestão mais eficiente da rede entende-se, por exemplo, o monitoramento em tempo real do sistema elétrico e a agilidade no acionamento da equipe de campo para o atendimento de ocorrências e demandas de consumidores.

Para centralizar as operações de controle do sistema elétrico em um único ambiente, as distribuidoras desativaram os centros de operações que funcionavam nas regionais da área de concessão.

Com 2,4 milhões de unidades consumidoras, a Celpa inaugurou seu COI no início de agosto, em substituição aos existentes em cinco regionais da empresa. Instalado na sede da companhia, em Belém, exigiu um investimento de R\$ 5 milhões em instalações físicas, aquisição de equipamentos, de softwares e sistema de comunicação. A unidade conta com o sistema Georede, através do qual os controladores conseguem visualizar o mapa do sistema elétrico do Pará sincronizado ao mapa do Google Earth. Dessa forma é possível monitorar em tempo real as principais ocorrências relacionadas à falta de energia.

A tecnologia de georreferenciamento foi um dos pilares para o projeto do COI, assim como os investimentos feitos na automatização de 114 subestações e na montagem de uma infraestrutura baseada em fibra óptica, satélite, tecnologia GPRS (sigla em inglês de serviço geral de rádio por pacotes), rádio e celular para comunicação com a equipe de campo. "Utilizamos três canais de dados e dois de voz para falar com o pessoal de campo, que dispõe de um tablet para operar com a nova versão do Oper - o nosso sistema gerenciador de serviços", explica Valinho.

O executivo conta que a Celpa está sendo requisitada a colocar o seu sistema de georreferenciamento à disposição dos poderes públicos estadual e municipais, principalmente em iniciativas relacionadas à segurança pública. Além disso, a modernização da malha de comunicação abre espaço para a oferta de serviços de comunicação e de call center, diz.

A Copel, que tem 4,5 milhões de unidades consumidoras no Paraná, pretende inaugurar o seu novo COI no começo de novembro, resultado de um investimento de R\$ 60 milhões em estrutura física do prédio, equipamentos e software de gestão da rede de distribuição. Mais moderno, concentrará as operações de controle hoje realizadas de forma descentralizada nas cidades de Cascavel, Maringá, Londrina, Curitiba e Ponta Grossa.

Três tendências - de digitalização, que transforma a rede elétrica em estrutura inteligente; de descentralização, que permite a geração de energia em diversos pontos da rede; e de substituição do motor a combustão por motor elétrico em várias aplicações - motivaram o projeto do COI, conta Antonio Guetter, diretor de distribuição da Copel. A companhia investe R\$ 200 milhões por ano na modernização sua malha de quase 198 km de linhas de distribuição.

A Eletrobras Distribuição Piauí inaugurou o seu COI há dois anos, em Teresina, mas segue o processo de modernização da rede de distribuição. Segundo Daniel Ângelo, gerente do departamento de operações, 74% da carga no sistema já está com equipamentos automatizados. Quando a automatização da rede estiver pronta, terá início o projeto de telecomunicações, que consiste na montagem de rede própria baseada em fibra óptica e rádio para comunicação com a equipe de campo. Cobrindo 224 municípios do Piauí, a companhia utiliza tecnologia GPRS das operadoras de telefonia celular.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/08/2018****Seção: Suplemento - Energia****Autor: Livia Ferrari | Para o Valor, do Rio****Título: Pessoas físicas têm mais crédito para investir em geração**

Em menos de trinta dias após incluir, em junho, pessoas físicas nos financiamentos à instalação de sistemas de aquecimento solar e de cogeração (placas fotovoltaicas, aerogeradores, geradores a biogás), o Fundo Clima esgotou os recursos disponíveis, de cerca de R\$ 87 milhões, na linha de máquinas e equipamentos eficientes. "O sucesso de demanda mostra que este mercado vai crescer muito no Brasil", afirma a superintendente de energia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carla Primavera, comemorando o resultado do programa, gerido pelo banco, com orçamento federal.

Segundo ela, a medida incentiva o cidadão a investir em sustentabilidade e economia de energia, contribuindo para redução na conta de luz. Os financiamentos a pessoas físicas são por meio de bancos públicos (operações indiretas). As condições são consideradas atrativas, para pessoas físicas e jurídicas. O custo financeiro do Fundo Clima é de 0,1% ao ano e a remuneração do BNDES varia de 0,9% a 1,4% ao ano, dependendo da renda do tomador do financiamento. O spread dos agentes financeiros é limitado até 3% ao ano.

Também o Banco do Nordeste (BNB) criou linha de crédito à micro e à minigeração distribuída de energia elétrica fotovoltaica, eólica, de biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas. Com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, o FNE Sol passará em setembro a incluir pessoas físicas nos financiamentos.

Luiz Sergio Machado, superintendente de negócios de varejo e agronegócio do BNB, garante que não faltarão recursos para atender à demanda. FNE Sol contratou, de 2017 a julho deste ano, 452 operações de micro e mini geração, no valor de R\$ 72 milhões. Na geração centralizada (grandes projetos), foram contratados R\$ 3 bilhões nos primeiros sete meses do ano nas matrizes solar e eólica. O montante já ronda os R\$ 3,4 bilhões realizados em todo o ano passado.

Estudo da consultoria Greener prevê faturamento crescente do mercado de geração distribuída, acima de R\$ 2,2 bilhões em 2018.

Hoje o Brasil tem 32 mil instalações conectadas à rede, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica. A previsão é que este número supere 800 mil até 2024.

O grande potencial de mercado estimula instituições financeiras e agências de fomento. "Já somos o banco das renováveis no Brasil, na geração centralizada; e queremos impulsionar o mercado de geração distribuída", diz a superintendente executiva de desenvolvimento sustentável do Santander, Karine Siqueira Bueno. Nesta semana, as agências do banco espanhol passam a oferecer diferentes modalidades de crédito direto ao consumidor para compra e instalação de sistema de energia solar para pessoas físicas e jurídicas.

Eficiência energética e energias renováveis são focos também da Desenvolve SP, agência de fomento do Estado de São Paulo, que, no primeiro semestre do ano, desembolsou R\$ 15 milhões na linha Economia Verde. "Um crescimento de 46% em relação a igual período de 2017. Todos projetos de pequenas e médias empresas", destaca o presidente Álvaro Sedlacek. Desde sua criação, em 2009, a agência liberou R\$ 215,5 milhões em projetos sustentáveis. Os financiamentos têm prazo de até 10 anos e spread de 0,17% ao mês (mais Selic),

A Sun Mobi, uma das primeiras enertechs do Brasil, implantou usina solar em Araçoiaba da Serra (SP) com financiamento da agência paulista de R\$ 300 mil, numa primeira etapa, e de R\$ 950 mil, na segunda fase. Além de acesso à energia sem a instalação de placas fotovoltaicas nos telhados, os clientes da empresa podem acompanhar o consumo em tempo real. "A perspectiva é continuar expandindo o negócio", diz o sócio da Sun Mobi Alexandre Bueno.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Suplemento - Energia

Autor: Lívia Ferrari | Do Rio

Título: Banco amplia financiamento ao setor

Na contramão da crise econômica, bancos ampliam carteira de financiamentos à energia. O BNDES deverá desembolsar este ano R\$ 15 bilhões em projetos do setor elétrico, segundo estimativas da superintendente da área de energia, Carla Primavera. O valor supera as expectativas iniciais da instituição e os R\$ 13 bilhões liberados em 2017.

"Temos uma carteira madura, com aprovações muito expressivas este ano", diz ela, citando projetos de linhas de transmissão, parques eólicos, complexos solares. Isso se junta a uma carteira maior, que soma R\$ 190 bilhões em

financiamentos aprovados a 613 projetos, entre 2003 e 2018, com investimentos de R\$ 332 bilhões em geração, transmissão e distribuição de energia, além de soluções tecnológicas em eficiência energética e redes inteligentes.

Carla espera enquadrar ainda em 2018 um primeiro projeto em nova modalidade de financiamento, lançada no primeiro semestre do ano, que contempla a previsão de receitas provenientes da comercialização de energia no mercado livre. A participação do banco em projetos de energia é de até 80% do investimento, limitado aos itens financiáveis. Na geração e transmissão, o prazo vai até 24 anos; em distribuição, até 20, alinhado, porém, ao prazo da concessão. Projetos de energia solar, eficiência energética, geração distribuída e redes inteligentes têm condições mais atrativas, com spread básico de 0,9% ao ano. Na carteira de eficiência energética, são R\$ 760 milhões em projetos aprovados, com desembolsos de R\$ 585 milhões.

Instrumentos do mercado de capitais também ganham fôlego. Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), as emissões de debêntures de infraestrutura atingiram R\$ 9,52 bilhões, no primeiro semestre do ano, sendo R\$ 7,35 bilhões só no segmento elétrico. Jogam a favor, ainda, os fundos de infraestrutura. Com orçamento inicial de R\$ 5 bilhões, o BNDES poderá ser cotista de fundos fechados que invistam em debêntures ou em recebíveis relacionados a projetos de infraestrutura, entre eles energia. Outro mecanismo são captações de green bonds. O banco estatal emitiu US\$ 1 bilhão em títulos verdes no mercado internacional.

O Santander também tem experiência nesse mercado. Desde 2015 fez cinco operações de green bonds, no valor de US\$ 1 bilhão e de € 500 milhões, em energia renovável e gestão de resíduos, além de R\$ 22 bilhões em parques eólicos.

No Sicredi há linha para aquisição de tecnologias de energia solar com demanda e contratações crescentes. O saldo atual é de R\$ 117 milhões, e 1,2 mil operações. Desde 2015 foram R\$ 458 milhões para projetos ecoeficientes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Suplemento - Energia

Autor: Marcus Lopes | Para o Valor, de São Paulo

Título: Geração distribuída cresce 200% ao ano

Atualmente, mais de 51 mil unidades consumidoras são beneficiadas com a autoprodução de energia e a potência instalada é superior a 434 mil quilowatts (kW). Até 2026, a expectativa é que o número suba para 886 mil unidades consumidoras e cerca de 3.200 megawatts (MW) de potência instalada, quantidade comparável à potência instalada das usinas hidrelétricas de Santo Antônio ou de Jirau, no rio Madeira.

Os números são da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Desde 2012, o governo federal autoriza a geração distribuída por meio da Resolução Normativa 482/2012. Segundo a Aneel, o incentivo à modalidade, geralmente localizada próxima aos centros de carga e alimentada apenas com fontes renováveis, especialmente a fotovoltaica, é justificado pelos potenciais benefícios ao sistema elétrico como um todo: postergação de investimentos em expansão nos sistemas de distribuição e transmissão, baixo impacto ambiental, redução no carregamento das redes, redução de perdas e diversificação da matriz energética, entre outras vantagens.

Para o consumidor, a principal vantagem é a economia, já que a conta de luz pode ser reduzida a praticamente zero e não está sujeita a bandeiras, além de estar menos sujeito às oscilações de fornecimento das distribuidoras, como falta de luz em tempos chuvosos. Em média, de acordo com os especialistas, a economia financeira mensal é de até 30%, descontados os custos da instalação de um sistema solar, por exemplo. Além disso, a energia excedente e não utilizada pode ser transformada em crédito nas distribuidoras, otimizando ainda mais o investimento.

O sistema fotovoltaico responde por mais de 80% da potência instalada atualmente. Além do potencial do país para a captação solar, os custos para instalação dos sistemas de painéis vêm caindo nos últimos anos.

"O recurso solar é mais uniforme em todo o país, comparado às outras fontes renováveis. Eólica, biomassa e hidrelétricas estão disponíveis apenas em alguns lugares", explica o diretor da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE), Thiago Barral. "Além disso, a tecnologia fotovoltaica é bastante modular e flexível a qualquer tipo de projeto", completa Barral.

Até 2026, devem ser investidos cerca de R\$ 23 bilhões para expansão do sistema de geração distribuída, segundo estimativa da EPE, ligada ao **Ministério das Minas e Energia**. Os investimentos devem provocar impactos positivos não apenas na matriz energética, mas na geração de empregos e fomento na economia dos municípios, em especial nas regiões mais pobres, como o Nordeste.

"Imagina quantos empregos serão gerados e o número de empreendedores que devem surgir na instalação de painéis solares", explica o diretor da Comerc Esco, Marcel Haratz. A empresa, braço da Comerc Energia, investe em projetos de eficiência energética e presta consultoria na área. Segundo ele, a geração distribuída tem despertado cada vez mais interesse das empresas.

Recentemente, a Comerc foi contratada para conduzir um projeto de geração distribuída para a rede de academias Body Tech. Estão previstos 6 MW de energia instalada para atender 39 unidades espalhadas pelo país. Atualmente, a rede paga cerca de R\$ 1,1 milhão por mês de conta de luz e o objetivo é uma economia superior a 20% na conta de energia, a partir de 2019. "A economia gerada pelos créditos de energia será mais do que suficiente para pagar o aluguel mensal", diz Haratz.

Para o sócio-diretor da Ecom Energia, Márcio Santana, a expansão do mercado de geração distribuída nos próximos anos deve abranger principalmente o setor de comércios e serviços de pequeno e médio porte. Atualmente, a maior parte dos consumidores (cerca de 60% do total de unidades consumidoras) é residencial.

"A segunda onda de expansão deve avançar sobre comércios e indústrias que não têm porte para migrar para o mercado livre de energia, mas também não conseguem reduzir o seu consumo de energia mensal", explica Santana. Segundo ele, um dos grandes desafios é diminuir o desconhecimento da população sobre a possibilidade de utilizar fontes alternativas à matriz energética tradicional. "Quem tem ideia hoje de como ter acesso à geração distribuída para sua casa ou empresa? O mundo digital deve facilitar essa disseminação do conhecimento, mas não sabemos quanto tempo isso vai levar", diz o sócio da Ecom.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Suplemento - Energia

Autor: Marcus Lopes | De São Paulo

Título: Plantas de 5 MW incentivam entrada de investidores

O potencial de negócios em geração distribuída pode chegar a R\$ 10 bilhões nos próximos quatro anos. A previsão é do diretor de Energia Distribuída da Siemens no Brasil, Guilherme Mattos. Segundo ele, fatores como a possibilidade de instalação de plantas remotas com limite de 5 MW incentiva a entrada de novos investidores no setor. "Projetos de geração distribuída são de fundos de private equity, family offices e outros investidores querendo alocar capital em um

negócio de rentabilidade bastante atrativa neste novo cenário econômico", diz Mattos. A opinião é compartilhada pelo responsável de soluções B2B da Enel X, Rafael Coelho. Para ele, o país apresenta condições favoráveis para o desenvolvimento do setor, pela forte irradiação solar no território.

Com base nas regras da Resolução Normativa 482/2012, a Enel X instalou uma usina solar com 1.800 placas fotovoltaicas e potência de 500 kW na sede do Mercado Livre, em Osasco, na Grande São Paulo. A energia solar gerada é instantaneamente consumida pelo Mercado Livre, gerando uma economia de 20% na conta de luz. O excedente será injetado na rede elétrica e devolvido em créditos de energia, que podem ser utilizados em até cinco anos.

No Rio de Janeiro, a CPFL Eficiência fechou um contrato de R\$ 13 milhões para um projeto de geração distribuída com o Mercado Municipal do Rio de Janeiro. O projeto, que prevê a instalação de placas solares e uma usina de cogeração a gás natural, deve entrar em operação no início de 2019 e vai garantir maior segurança no fornecimento de energia para os comerciantes. A economia mensal na conta de luz é de cerca de R\$ 140 mil. "Além da economia, há independência no fornecimento e sustentabilidade de energia", diz a diretora de inteligência de mercado da CPFL Energia, Fabiana Avellar.

"Há muitos fatores que conjugaram para o aumento expressivo da geração distribuída, como a escalada tarifária no mercado cativo, avanço da tecnologia solar e redução gradual dos investimentos iniciais", afirma o consultor de negócios da Safira Energia, Josué Ferreira, sobre o crescimento anual do mercado de autoprodução.

A Safira montou um modelo de geração distribuída para uma rede varejista do interior de São Paulo que permite uma economia de 12,5% na conta de energia das três mil lojas da rede, equivalente a R\$ 2,5 milhões ao ano. "As mudanças regulatórias esperadas para o próximo ano, incluindo a precificação horária de energia, devem aumentar os benefícios econômicos da autoprodução, principalmente nos parques solares", diz Ferreira.

Um dos entraves para a expansão da autoprodução são os investimentos iniciais para a construção do parque de geração de energia: R\$ 4 milhões para cada megawatt (mW) de potência instalada. Para atrair clientes, a AES Tietê oferece um modelo em que esse investimento inicial fica a cargo da companhia. "O cliente ganha em competitividade, valor para a sua marca e mantém foco no seu negócio", afirma o diretor de relacionamento com o cliente da AES Tietê, Rogério Jorge.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/08/2018****Seção: Suplemento - Energia****Autor: Suzana Liskauskas | Para o Valor, do Rio****Título: Análise de dados é atual desafio de smart grid**

Os sistemas de redes elétricas inteligentes, também conhecidos como smart grids, são realidade no mundo com uso de software e hardware para medição inteligente, religamento automático de redes e gerenciamento de ativos para prevenir interrupções. À medida que os sistemas se tornam mais sofisticados, aumenta a quantidade de dados gerados. O novo desafio é analisar esses dados em conjunto para otimizar a operação de empresas da cadeia de geração, transmissão e distribuição de energia em todo o mundo.

Rodrigo Salim, líder de soluções digitais da divisão de grid solutions da GE Power para América Latina, diz que a próxima etapa em smart grid é a adoção do big data para tornar o processo de decisão mais eficiente. A GE já desenvolve projetos, nos Estados Unidos, com a Exelon, sediada em Chicago, e a New York Power Authority, com aplicações de big data em smart grid. Segundo Salim, o interessante é poder fazer uma análise de dados gerados pela cadeia inteira, geração, transmissão e distribuição. "Ainda há lacunas. As tecnologias aplicadas numa subestação de transmissão podem melhorar os índices de confiabilidade da distribuição, sem impacto direto na disponibilidade da transmissão. Então quem paga o investimento que melhora a distribuição, mas é aplicado na transmissão?", indaga.

No Brasil, as distribuidoras, sobretudo, têm interesse em adotar novas tecnologias, mas há entraves do ponto de vista regulatório. Sérgio Jacobsen, diretor da área de digital grid da Siemens, diz que a regulação do setor elétrico define bem as especificações de um medidor elétrico, porém não deixa claro o retorno do investimento.

"Sob a perspectiva da concessionária, não há garantias do retorno da adoção de medidores inteligentes, importados e ainda com custo elevado. A agência reguladora, por sua vez, vai evitar que a concessionária aumente a conta do consumidor final. Do ponto de vista da indústria, projetos de instalação de uma fábrica no país dependem de demanda de longo prazo. Enquanto isso, o consumidor não consegue se beneficiar totalmente da tecnologia", detalha Jacobsen.

Com experiência de dez anos em projetos de smart grid no Brasil, Jacobsen diz que esperava avanço maior. "O smart grid no Brasil ainda é muito focado na

diminuição do roubo de energia. Só agora começamos a trabalhar na integração de fontes renováveis".

Segundo Norberto Tomasini, diretor de negócios digitais da Tivit, no mercado comum europeu e na Suécia, projetos com o uso de medidores inteligentes privilegiam o uso dos dados dos consumidores, que permitem amplo acesso a seus dados de consumo. Em troca, podem ser isentos de tarifas. No mercado nacional, há gargalos além da regulamentação, como a infraestrutura de telecomunicações.

Tomasini explica que desenvolve projetos com engenheiros especializados para implantar e monitorar redes próprias nas concessionárias de energia. A meta é reduzir problemas de infraestrutura de telecomunicações e aumentar a eficiência dos projetos de smart grid. "A chegada do 5G vai melhorar o cenário, mas ainda temos um grande gargalo e precisamos de mão de obra muito qualificada. Isso gera outro problema, porque o mercado não está preparado para formar esse tipo de profissional".

Apesar das dificuldades, empresas como Neoenergia, apostam em projetos de smart grid com investimento em P&D. Responsável pelo fornecimento de energia a 34 milhões de pessoas, atendidas por quatro distribuidoras (Coelba (BA), Celpe (PE), Cosern (RN) e Elektro (SP/MS)), a Neoenergia inaugura em setembro o primeiro centro de gerência de smart grid, em Salvador, com contingência para operar em Campinas, Recife ou Natal. Segundo Heron Fontana, superintendente de redes inteligentes, o objetivo é centralizar o gerenciamento de infraestrutura de redes e cibersegurança. As atividades do centro relacionadas a sistemas de medição e automação entrarão em funcionamento em 2019, diz Fontana. "Queremos ser proativos em relação aos serviços e fazer uma gestão eficiente dos recursos de telecomunicações e smart grid, principalmente na questão da mobilidade", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Suplemento - Energia

Autor: Suzana Liskauskas | Do Rio

Título: Projetos de microrrede devem ganhar escala em regiões mais remotas

Embora estejam em pauta nas discussões globais há mais de 15 anos, os projetos de microrredes, também conhecidos como microgrids, começaram a ganhar escala nos últimos cinco anos. Trata-se de uma estrutura de rede de distribuição que opera isoladamente. Os primeiros projetos de microgrids

resultam de pesquisas militares nos Estados Unidos com foco na busca pela garantia total de suprimento de energia.

Hoje as microgrids são alternativa ao fornecimento de energia em áreas remotas, onde a expansão do método tradicional de linhas de transmissão ou a manutenção de longas linhas de distribuição não é viável economicamente. A demanda pela agenda verde também vem favorecendo a adoção de microrredes, por integrarem fontes de geração renovável como solar e eólica.

Mesmo no estado da arte, como o Microgrid do Brooklyn, em Nova York (EUA), desenvolvido pela Siemens Digital Grid para conferir a moradores de uma rua o poder de produzir, consumir e comprar energia entre eles, por meio de um aplicativo para celular, a tecnologia precisa vencer entraves regulatórios. No Brasil, há ainda um gargalo maior, relacionado a custo.

Segundo Roberto Falco, gerente sênior de Indústria de Eletricidade da Accenture, a adoção dos projetos de microgrid no Brasil esbarra no alto custo que afeta também o desenvolvimento da geração distribuída. No caso das microrredes, diz ele, o maior impacto é o preço das baterias - usadas quando há diferença entre a carga e a geração.

Outro ponto é a segurança dos dados gerados pelo sistema. Andre Mattos, diretor Comercial para Mobile e IoT da Gemalto Brasil, diz que desde o início dos projetos é preciso identificar os dados mais sensíveis e protegê-los. "Se isso não for feito, quando houver grande quantidade de dados, será inviável recuperar a segurança".

Ainda que os custos dos insumos sejam expressivos, as microrredes têm se mostrado eficientes para suprir regiões remotas. Um exemplo é o projeto que a Neoenergia desenvolve no interior da Bahia no âmbito do programa social do governo Luz Para todos (LpT). Segundo José Brito, gerente corporativo de P&D da empresa, em seis comunidades, o desafio será investigar soluções para reduzir custo. "Uma das regiões beneficiadas estará ao Sul do estado, onde não há como construir estrutura de rede pela presença de mata preservada", diz. O projeto prevê geração fotovoltaica com armazenamento e backup de gerador a diesel. Entre as pesquisas, está a viabilidade de substituição do diesel por fontes movidas a biomassa.

Em Eusébio, a 30 quilômetros de Fortaleza (CE), a Enel vem desenvolvendo uma microrrede piloto em um condomínio de classe média alta com 300 consumidores. Bruno Cecchetti, diretor de inovação da empresa, diz que a decisão levou em conta a localização geográfica, em relação à estrutura de rede, o potencial eólico e o perfil dos clientes que moram no condomínio. "O projeto vai provocar a discussão de modelos regulatórios para aplicação de microrredes

em outras localidades e atender diversos perfis de clientes", afirma. A microrrede de Eusébio inclui instalações de painéis solares e duas pequenas turbinas eólicas, que serão usadas para efetuar testes de compatibilidade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Suplemento - Energia

Autor: Jacilio Saraiva | Para o Valor, de São Paulo

Título: Ferramentas prometem reduzir gastos em até 35%

As altas constantes nas tarifas de energia pressionam as empresas a buscar novas ferramentas de redução do consumo. De olho nessa demanda, fornecedores do setor de tecnologia da informação (TI) investem em sistemas que garantem uma queda de até 35% nos gastos com eletricidade. Há opções para supermercados, indústrias e universidades. Para aumentar a eficiência energética das instalações, as soluções usam análise de dados e recursos como monitoramento on-line, computação em nuvem e internet das coisas (Iot).

Na Schneider Electric, de soluções de gestão de energia elétrica, um dos carros-chefes é uma plataforma batizada de EcoStruxure, que combina software e sensores para monitorar indústrias de alimentos, hospitais e data centers. Um dos clientes é a Nestlé que, no final de 2017, implementou o sistema para gerenciar o consumo em 38 salas de servidores em cidades como Recife (PE) e Montes Claros (MG).

Alan Satudi, gerente de marketing de produtos da divisão de TI da Schneider Electric, afirma que a solução da marca pode economizar, no mínimo, 30% de energia. Um dos recursos é a capacidade de coletar dados para "entender" como os equipamentos monitorados funcionam em diferentes condições ambientais e de operação. Com isso, os clientes têm acesso a informações que os ajudam a aumentar a eficiência das unidades controladas, diz.

O executivo afirma que as empresas percebem rapidamente a diminuição do valor da conta de energia. "Há casos em que a diferença já ocorre na próxima fatura, logo após a adoção." Em um data center de uma instituição financeira, explica, a otimização de um sistema de climatização apresentou uma redução de 10% no consumo, apenas 20 horas após a implementação da tecnologia.

Daniel Marcucci, gerente de vendas da Danfoss, da área de automação para indústrias de refrigeração, diz que uma das principais tendências do mercado de eficiência energética aponta para a capacidade de usar as informações coletadas durante o monitoramento das máquinas para cortar, ainda mais, os

gastos elétricos. "Sem o controle e a análise das particularidades de consumo de cada operação é complicado maximizar a redução de energia", diz.

Com foco no varejo de alimentos, a Danfoss desenvolve desde sensores de temperatura até hardwares para a gestão de refrigeração de balcões, câmaras frias, sistemas de ar-condicionado e de iluminação. "Já obtivemos reduções de até 35% em supermercados de médio porte." Para o especialista, investir na manutenção e na eficiência energética dos equipamentos é fator importante para que os varejistas sobrevivam no setor. O comportamento de compra do consumidor mudou e, cada vez mais, os supermercados terão um maior volume de produtos frescos à venda, que necessitam de refrigeração, assegura.

Há alguns anos, a área refrigerada representava 20% do total de um mercado. No futuro, deve alcançar 70%, diz. "Todos entendem que precisam de uma loja mais 'verde', que consuma menos energia, mas quando um fabricante apresenta tecnologias mais sustentável, grande parte não se dispõe a investir com um 'payback' de mais de dois anos."

Na Johnson Controls, de sistemas de segurança e gerenciamento, um dos destaques do portfólio é o Enterprise Management (JEM), ferramenta que analisa o consumo de energia e os dados de funcionamento de equipamentos, para identificar problemas e oportunidades para melhorar o desempenho. É baseada na nuvem e pode ser usada em edifícios comerciais, shopping centers e hotéis, de acordo com o gerente de vendas Raphael Queiroz. A economia pode chegar a 35%. Segundo ele, a fabricante tem desenvolvido soluções que envolvem recursos de big data e internet das coisas (IoT).

As pequenas fornecedoras também estão na disputa por clientes corporativos que precisam cortar os zeros da conta de luz. É o caso da startup capixaba Onegrid, que desenvolveu um sistema que integra equipamentos, como aparelhos de ar-condicionado, a uma plataforma on-line capaz de desligar as máquinas fora de uso. Segundo o CEO Tuffy Nader, com a economia obtida, o retorno do investimento na plataforma pode ser obtido em cerca de dois anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Suplemento - Energia

Autor: Andrea Vialli | Para o Valor, de São Paulo

Título: Com startups, grandes empresas reforçam ações de impacto social

Ajudar o consumidor a identificar os equipamentos que mais consomem energia dentro de casa foi a motivação do engenheiro Pedro Bittencourt para escrever

sua tese de doutorado, que deu origem à startup Greenant em 2014. A empresa fluminense desenvolveu um medidor inteligente que, conectado a uma plataforma on-line, permite que o usuário monitore os aparelhos de maior consumo e faça a gestão do gasto em tempo real. A solução tem forte apelo social, já que a conta de luz é um dos itens que mais pesam no orçamento das famílias.

Apesar de ter desenvolvido uma solução voltada para o consumidor doméstico, hoje a maior parte dos clientes da Greenant são corporativos: 25 empresas, como redes de varejo e shopping centers. Mas a empresa está empenhada em se aproximar do consumidor residencial. Passou por um processo de aceleração junto à Artemísia, para entender como utilizar sua tecnologia a favor de quem mais precisa. Com a distribuidora Enel, desenvolveu um piloto para 40 residências no Rio, onde a tecnologia da Greenant ajudou a promover reduções no consumo entre 3% e 15%. Agora o desafio é dar escala a essas iniciativas. "O consumidor tem muito pouco conhecimento sobre a energia. Dar informação para que ele gerencie seu consumo é eficiência energética na prática", diz Pedro Bittencourt, CEO da Greenant. A empresa faturou R\$ 1,4 milhão em 2017 e planeja fechar o ano com receita de R\$ 2 milhões.

A solução da startup, que utiliza inteligência de dados para promover a eficiência energética, foi apontada como um negócio com potencial para gerar impactos positivos no estudo "Tese de Impacto Social em Energia", realizado pela aceleradora Artemísia a pedido das empresas AES Tietê e Eletropaulo. O levantamento, inédito, reúne os principais desafios enfrentados pela população de baixa renda no Brasil no que tange à energia e aponta oportunidades para o desenvolvimento de negócios que atendam a esses desafios e que possam ganhar escala.

"O setor de energia impacta diretamente a qualidade de vida e áreas como saúde, educação, mobilidade e segurança pública, especialmente para a população de menor renda", diz Victor Hugo Mathias, especialista em conhecimento e inovação da Artemísia. É por isso que é um dos setores em que há campo para que os empreendedores de impacto social possam atuar, diz. Além disso, as resoluções e chamadas públicas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que regulamentam a geração distribuída, os microgrids e as redes inteligentes abrem espaço para uma nova geração de empreendedores no segmento.

Essa transição energética é um dos motivos que leva grandes empresas do setor se aproximar do poder de inovação das startups. "As mudanças estão acontecendo e devemos estar preparados", diz Bernardo Sacic, diretor de desenvolvimento de novos negócios da AES Tietê, que abriu duas chamadas para apoiar startups com soluções inovadoras em áreas como internet das

coisas, armazenamento de energia, soluções digitais e geração distribuída, entre outras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Suplemento - Energia

Autor: Paulo Vasconcellos | Para o Valor, de Porto Alegre

Título: Carro elétrico segue em marcha lenta

A Corpus Saneamento e Obras acaba de incorporar mais 15 caminhões elétricos à frota de seis compactadores que há dois anos faz a coleta de lixo em Indaiatuba e São Paulo. Serão 200 até 2023. "Deixamos de emitir mensalmente 14 toneladas de CO₂, o desempenho é até sete vezes mais eficiente que o do caminhão a diesel e o custo de manutenção caiu um terço", diz André Lima, diretor administrativo do Grupo Corpus.

Outra empresa que passou a apostar na eletrificação da frota é a DHL Supply Chain Brasil. Por enquanto são 20 veículos elétricos para entregas em um raio de até 200 quilômetros na Grande São Paulo. A Deutsche Post DHL Group, líder mundial no setor de logística, tem a meta de zero emissão até 2050 no mundo. "Há economia de 70% em relação ao veículo do mesmo porte a diesel", afirma Fábio Miquelin, diretor de transportes da DHL Supply Chain Brasil.

Niterói, na Região Metropolitana do Rio, criou um corredor de ônibus elétrico financiado com recursos dos royalties do petróleo para percorrer a orla marítima do município, enquanto Volta Redonda, no Sul Fluminense, removeu estacionamentos de forma a abrir espaço a três ônibus elétricos para o transporte público de quatro bairros comerciais da cidade com passagem gratuita. Ônibus, compactadores de lixo e carros de entrega de mercadorias são da chinesa BYD.

"A maior perspectiva para os veículos elétricos está no mercado corporativo e na expectativa de que os governos renovem as frotas públicas", diz Ricardo Guggisberg, presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE). "O desafio do Brasil é descarbonizar os transportes", afirma a pesquisadora Tatiana Bruce, da FGV Energia, centro de estudos de energia da Fundação Getúlio Vargas.

O lançamento do Rota2030, que estabelece as bases da política industrial do setor automotivo, pode ajudar na troca da matriz de transporte. O carro elétrico ganhou competitividade porque pagava 25% de IPI e agora será taxado de 7% a 21%. Os modelos à combustão vão continuar pagando por cilindrada. A

estimativa é que a média para as montadoras de carros à gasolina ou diesel ou híbrido com etanol fique em 5% a 6%.

O mundo acelera para o veículo elétrico, mas o Brasil, dizem os especialistas, segue em marcha lenta. O estudo "Carros Elétricos", publicado pela FGV Energia no ano passado, aponta que a frota mundial de carros elétricos para passageiros chegou a 2 milhões em 2016. Em 2030 talvez sejam 140 milhões - ou 10% da frota mundial. A Empresa de Pesquisa Energética estima que no Brasil, até 2026, seriam 520 mil - 1% da frota de veículos do país. Hoje, mal passam dos 300.

Os números inflados pelos híbridos apontam pouco mais de 7 mil, segundo o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), com possibilidade de chegar a 10 mil até o fim do ano caso se mantenha o aumento de quase 60% nas vendas registradas no primeiro trimestre em comparação com o mesmo período de 2017. "Políticas de incentivo são importantes", diz Tatiana Bruce, da FGV Energia.

Nenhuma grande montadora confirmou ainda a intenção de abrir uma planta de carro elétrico no Brasil. A BYD tem fábrica em Campinas, que emprega 460 metalúrgicos e tem capacidade de montar 700 ônibus por ano. Também terminou o ano passado como maior vendedora de carros elétricos do Brasil. Já são 100 rodando o país. Trinta começaram a ser usados no mês passado pela Guarda Municipal de São José dos Campos. "O veículo elétrico é uma oportunidade de estabilização financeira para o setor público", afirma Adalberto Maluf, diretor de novos negócios da BYD.

"O veículo elétrico custa muito caro, mas tem um ganho na operação: a conta de energia da casa do consumidor em que instalamos um carregador aumentou R\$ 200, mas ele gastava mais de R\$ 600 por mês de gasolina", diz Danilo Leite, especialista em inovação da CPFL, líder no mercado de distribuição de energia, com mais de 7,5 milhões de clientes em São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná.

A experiência corporativa é positiva. Itaipu Binacional, maior geradora de energia elétrica do país, desenvolve há mais de uma década um programa pioneiro de carros elétricos no país. Investiu até agora, na compra dos veículos, pesquisa e desenvolvimento, US\$ 4,7 milhões. São 107 carros elétricos, além de outros 15 que vão chegar em outubro, que já percorreram 1,04 milhão de quilômetros. "Se toda a frota brasileira, que roda em média 670 bilhões de km/ano, fosse de veículos elétricos teria se evitado a emissão de 69,7 milhões de toneladas CO₂. Para compensar isso só plantando 400 milhões de árvores por ano", diz o engenheiro Celso Novais, coordenador brasileiro do programa Itaipu Veículos Elétricos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/08/2018****Seção: Suplemento - Energia****Autor: Paulo Vasconcellos | De Porto Alegre****Título: Eletrovias reforçam estrutura de abastecimento**

A infraestrutura de abastecimento de veículos elétricos ainda é pequena, mas ganhou reforço com duas eletrovias: a da Via Dutra, com seis estações nos 430 quilômetros entre Rio de Janeiro e São Paulo, e a da BR-277, com dez eletropostos nos 730 quilômetros de Paranaguá a Foz do Iguaçu, no Paraná. Hoje, a rede nacional tem menos de cem eletropostos, de acordo com a ABVE, ou mais de 100, segundo o aplicativo PlugShare. Na conta não estão pontos de recarga particulares ou corporativos como os 200 eletropostos de Itaipu.

A eletrovia da Dutra é a maior da América Latina. Os equipamentos estão instalados em seis postos Ipiranga - a rede tem outros 24 pontos de recarga, do Rio Grande do Sul a Goiás, e promete mais para o ano que vem. O projeto da eletrovia foi desenvolvido em parceria entre a BMW do Brasil e a EDP Brasil. O investimento foi de R\$ 1 milhão. O tempo médio para o abastecimento é de 25 minutos para 80% da carga. "Vamos continuar investindo neste tipo de tecnologia de olho em parcerias", diz Nuno Pinto, gerente de marketing da EDP Brasil.

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) promete para até o fim do ano dez eletropostos no corredor que atravessa o Paraná. Oito já estão definidos: Foz do Iguaçu, Medianeira, Cascavel, Laranjeiras do Sul, Guarapuava, Irati, Curitiba e Paranaguá. O investimento soma R\$ 5,5 milhões. "O mercado de veículos elétricos tem potencial promissor como novo negócio para as concessionárias", diz Julio Omori, superintendente de smart grid e projetos especiais da Copel.

A Electric Mobility Brasil (EMB) é provedora de tecnologia para eletropostos particulares e públicos. São mais de 400 equipamentos instalados, a maioria de recarga lenta em condomínios. A empresa também participa da eletrovia da Dutra e do corredor elétrico Florianópolis-Joinville, em Santa Catarina. "O mercado dá os primeiros passos, mas há tendência de crescimento devido às novas regras do serviço de recarga, do maior interesse das montadoras em trazer modelos para o Brasil e da maior procura do consumidor", diz Eduardo José de Sousa, diretor da EMB.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/08/2018****Seção: Suplemento - Energia****Autor: Paulo Vasconcellos | De Porto Alegre****Título: PPPs viabilizam projetos de iluminação pública**

Dos 1.400 projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) em desenvolvimento ou execução no Brasil, 199 são de iluminação pública. É o segundo segmento mais relevante na modalidade de negócios em serviços, atrás de saneamento. Quase 30% dos contratos de PPPs assinados no país nos últimos cinco anos são de iluminação pública. Os dados são da Radar Projetos, braço de informação da Radar PPP.

As PPPs ou concessões são o caminho para as gestões municipais não só cumprirem as resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que regularam a determinação constitucional que atribuí aos municípios a competência pelos serviços de iluminação urbana, mas também para prestar novos serviços tecnológicos aos cidadãos.

"As parcerias público-privadas modernizam os parques de iluminação pública, melhoram a gestão e conduzem à busca pela eficiência energética", diz Rodrigo Reis, sócio da Radar PPP. "A redução de 75% dos gastos em iluminação pública com a troca das luminárias comuns por lâmpadas LED associada à telegestão da operação pode gerar 3% de folga energética e recursos para o município investir em outras necessidades", afirma o especialista em estruturação de parcerias público-privadas e concessões Fábio Sertori, da equipe de infraestrutura do Cascione, Pulino, Boulos & Santos Advogados.

No Brasil, algumas cidades lideram a corrida rumo às PPPs de iluminação pública. Belo Horizonte fez um projeto para a substituição de 182 mil luminárias de vapor de sódio por lâmpadas LED até 2020. A estimativa é de redução de quase 45% no gasto energético com geração de economia anual de R\$ 25 milhões. Em dez meses já foram substituídos 53 mil pontos de luz. A prefeitura da capital mineira e a concessionária BHIP, vencedora da concorrência no modelo PPP, firmaram contrato por vinte anos. O investimento será de R\$ 400 milhões. Trinta mil pontos, nas vias mais movimentadas da cidade, terão tecnologia de telegestão, para ligar ou desligar a luminária, baixar ou aumentar a luminosidade e identificar qualquer defeito no funcionamento. É a maior PPP em andamento no país "A tendência é que o modelo cresça e rápido porque é seguro para o poder público e para o setor privado com benefícios de segurança e qualidade de vida da população", diz Marcelo Bruzzi, presidente da BHIP.

O de São Paulo, no valor de R\$ 6,9 bilhões para a modernização de mais de 500 mil pontos de iluminação, seria o maior projeto de iluminação pública do mundo, mas está parado por decisão da Justiça. Vila Velha, na Grande Vitória, no Espírito Santo, assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a modelagem jurídica, econômica e técnica de uma parceria público-privada para trocar as 34.177 luminárias da cidade de quase 500 mil moradores. "A PPP é melhor alternativa para o porte de Vila Velha", diz o secretário de Planejamento, Ricardo Santos, que espera lançar o edital de concorrência no ano que vem.

Sant'Ana do Livramento, cidade gaúcha de 82 mil habitantes na fronteira com o Uruguai, publicou um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para iniciar os estudos de viabilidade de uma parceria público-privada de iluminação. Treze pequenos municípios da região Centro-Sul do Rio Grande do Sul se uniram em consórcio para um projeto de organização dos serviços de saúde, mas também para uma PPP de coleta de lixo e outra de iluminação pública.

Salvador, na Bahia, começa a tirar do papel sua PPP. A cidade tem população de cerca de 3 milhões de moradores e Receita Corrente Líquida (RCL) de R\$ 5,5 bilhões (valor estimado para 2017, de acordo com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 4º Bimestre). A concessão tem prazo de 20 anos e investimento de R\$ 635 milhões.

A Signify, divisão de iluminação pública da Philips provedora de soluções para os consórcios que executam as PPPs de iluminação pública, está de olho nas oportunidades de negócios criadas pelas concessões. A empresa já faz a modernização do Eixo Monumental, em Brasília. "O segmento de iluminação pública é muito grande e em crescimento", diz Sérgio Costa, diretor de vendas da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Suplemento - Energia

Autor: Rejane Aguiar | Para o Valor, de São Paulo

Título: Setor de gás investe em tecnologia

A geração de energia a partir de gás natural é um dos caminhos da transição global para uma economia de baixo carbono. Embora seja um combustível fóssil - e, por isso, não renovável -, o gás tem características que o aproximam da energia limpa. Não à toa, tem sido impulsor de pesquisas para o desenvolvimento de novas tecnologias. Acadêmicos e indústrias dedicam-se, com tempo e investimentos bilionários, a encontrar maneiras de tornar

produção, armazenamento, transporte, distribuição e atendimento a clientes cada vez mais eficientes.

Por questões regulatórias, o Brasil ainda está um passo atrás no que se refere à implantação de novas tecnologias para o gás natural. "Temos problemas de logística, no sistema fiscal, na cooperação entre Estados e municípios. Faltam também normas infralegais que ofereçam mais segurança para o setor investir", diz o gerente de estratégia e competitividade da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Marcelo Mendonça. O setor aguarda a conclusão da tramitação no Congresso de um novo marco regulatório, concentrado num projeto de lei baseado em proposta do **Ministério das Minas e Energia**. O texto está em discussão há dois anos, sem perspectiva de aprovação. Mudanças são inevitáveis diante da diminuição da participação da onipresente Petrobras no setor. Ocorre que, sem regras claras, fica mais difícil garantir os investimentos necessários.

Mesmo sem um novo marco regulatório as empresas da ampla cadeia do gás se movimentam para aplicar os avanços tecnológicos. Como diz o diretor de tecnologia e regulação da Associação da Indústria de Cogeração de Energia (Cogen), Leonardo Caio, empreendedores imobiliários, por exemplo, já se deram conta de que a atual rede de energia elétrica não é suficiente para garantir abastecimento contínuo. Muitos condomínios comerciais, shoppings e hospitais hoje operam com geradores alimentados com gás natural da rede já existente. A novidade está na exploração da versatilidade: o gerador recebe o combustível e pode transformá-lo em energia elétrica térmica e vapor d'água. Assim, tem-se energia elétrica para equipamentos, água quente para torneiras e em temperatura baixa para resfriamento do ar condicionado. Trata-se da "combined heat and power", tecnologia importada pela Comgás do Japão.

Na ponta do consumidor, a Comgás implantou plataformas digitais para deixar mais rápidos os atendimentos. Segundo a empresa, 70% dos contatos são feitos por canais digitais. Em ocasiões nas quais um cliente precisa da presença de um técnico no local da instalação, o trabalho já dispensa o papel: a parte burocrática é feita por um terminal digital portátil. A empresa também investe em produtos mais "amigáveis" para o cliente final. Desenvolveu um protótipo de tomada para equipamentos a gás natural que dispensa a instalação por um técnico, num sistema "plug and play". Os investimentos em TI, inovação e pesquisa e desenvolvimento somaram R\$ 40 milhões no ano passado.

As inovações não param também na ponta da oferta. A Shell, um dos maiores produtores de gás no país, investiu R\$ 95 milhões para a criação, em parceria com a Fapesp, do Centro de Pesquisa para Inovação em Gás, sediado na USP. De acordo com a gerente de projetos em gás sustentável da Shell, Camila Brandão, os 300 pesquisadores integrados ao projeto desenvolvem estudos para uso

sustentável de gás natural e outros combustíveis mais limpos. "Temos vários resultados positivos e esse é só o começo." Com equipamentos dotados das tecnologias mais modernas - fornecidas pela Siemens, acionista do projeto ao lado de Prumo e BP - a Gás Natural Açú desenvolve um hub de gás no Porto do Açú, no Rio de Janeiro, que, quando finalizado, deve ter o maior parque termelétrico da América Latina. Serão investidos até 2023 cerca de R\$ 8 bilhões em um terminal de regaseificação e duas termelétricas a gás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/08/2018

Seção: Suplemento - Energia

Autor: Lia Vasconcelos | Para o Valor, de São Paulo

Título: País deve centrar forças em pesquisas de smart grid

Está previsto em lei e nos contratos de concessão que as empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica devem aplicar anualmente um percentual mínimo de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) do setor de energia elétrica. Embora o dinheiro para a inovação esteja garantido, é preciso que as empresas olhem para o futuro e façam escolhas certas na hora de definir projetos.

Até 31 de dezembro de 2022, os percentuais mínimos serão de 0,50%, tanto para pesquisa e desenvolvimento como para programas de eficiência energética na oferta e no uso final da energia. A partir de 1º de janeiro de 2023, para as concessionárias e permissionárias cuja energia vendida seja inferior a 1.000 GWh por ano, o percentual mínimo a ser aplicado em programas de eficiência energética no uso final poderá ser ampliado de 0,25% para até 0,50%. Cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados.

“Apesar de termos tido resultados interessantes, ainda está longe do ideal”, acredita Luis Antonio Semeghini de Souza, sócio-fundador do escritório de advocacia Souza, Mello e Torres e especialista no setor de energia. Segundo ele, o segmento ficou consolidado em tecnologias antigas por décadas, mas a dinâmica tem mudado com o avanço da tecnologia digital. “O Brasil deveria centrar forças na pesquisa em smart grid. Essa é a chave”. Smart grids, ou redes inteligentes, são os sistemas de distribuição e de transmissão de energia elétrica que foram dotados de recursos de tecnologia da informação e de elevado grau de automação, de forma a ampliar sua eficiência operacional.

A CPFL Energia, que leva energia a 9,1 milhões de clientes, teve, em 2017, um orçamento de R\$ 45 milhões para P&D. “Temos uma área de inovação que fomenta projetos que são realizados em parceria com universidades, institutos de pesquisa e startups”, explica Renato Povia, gerente de inovação da empresa.

Um exemplo é o Emotive, sobre mobilidade elétrica. O projeto, que teve início em 2013 e terá duração de cinco anos, consumirá, no total, R\$ 21,2 milhões e tem como parceiras a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD). Seu objetivo é construir um Laboratório Real de Mobilidade Elétrica na Região Metropolitana de Campinas, com a instalação de dez eletropostos públicos e a circulação de 16 carros elétricos do programa.

O projeto permite ainda a coleta de dados sobre as diversas aplicações e implicações da tecnologia, possibilitando o estudo e o aprofundamento dos impactos dos veículos elétricos para o setor. Entre os temas estudados estão: o impacto na rede elétrica e no planejamento da expansão do sistema; o uso dos veículos elétricos como fonte de geração distribuída; os aprimoramentos regulatórios e legais; o ciclo de vida e reaproveitamento das baterias; o estudo de tarifas e cobrança e a proposição de um modelo de negócios para a mobilidade elétrica no Brasil.

A ISA CTEEP opera uma rede de transmissão, por onde trafegam 24% de toda energia elétrica produzida no Brasil, 60% da eletricidade consumida no sudeste do país e quase 100% no Estado de São Paulo. Seu sistema elétrico é composto por 18.642 mil quilômetros de linhas de transmissão e 126 subestações com tensão de até 550 kV.

No âmbito do Programa de P&D da Aneel, a empresa já acumulou, desde 2001, um investimento de R\$ 72,8 milhões em 106 projetos e 11 pedidos de patentes, envolvendo centenas de colaboradores e mais de 25 parcerias com instituições de ensino, empresas e centros de pesquisas.

O destaque é um projeto de armazenamento de energia. Junto com a USP e o CPqD, a ISA CTEEP estuda como usar as baterias de lítio da melhor forma no sistema elétrico. De acordo com Rafael Noda, diretor de relações institucionais da empresa, esse projeto é importante porque as baterias vão funcionar como uma caixa onde será guardada a energia.

“O uso de fontes de energia renovável como a solar e a eólica vem crescendo, o que é ótimo, mas sua geração é intermitente. É fundamental criar um sistema de gerenciamento dessa intermitência. As parcerias com as universidades são fundamentais. O mercado e a academia são complementares e precisam ter sinergia”, afirma Noda.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/08/2018****Seção: Suplemento - Energia****Autor: Vera Franco | Para o Valor, do Rio****Título: Empresas criam associações para buscar segurança cibernética**

Se a greve dos caminhoneiros ocorrida em maio deste ano conseguiu paralisar o Brasil, imagine a dimensão do estrago de um ataque cibernético nas grandes usinas hidrelétricas do país. O sistema de energia elétrica brasileiro encontra-se vulnerável a agressões dessa natureza em suas três dimensões: geração, transmissão e distribuição de energia.

As empresas passaram a considerar a importância da segurança, a partir do ataque WannaCry em 2017 – um ransomware que causou um caos mundial paralisando, inclusive, vários órgãos no país. A expectativa é que o mercado de tecnologia de segurança no país que inclui – software, hardware, infraestrutura e serviços – movimente US\$ 1,2 bilhão em 2018, o que representa um crescimento de 9% em relação ao ano passado, conforme previsão da IDC.

“Quando vemos o mercado de TI crescendo 5% e o de segurança a 9% neste ano, entendemos que finalmente as empresas passaram a entender a relevância do tema para seu negócio”, diz Luciano Ramos, gerente de pesquisa e consultoria de software e serviços do IDC.

“Por se tratar de uma atividade nova, não contamos com regulamento normativo para segurança cibernética. O assunto está sendo conduzido pela agência reguladora no âmbito da pesquisa e desenvolvimento”, diz André Pepitone, diretor geral da Aneel, órgão regulador do setor de energia. A agência dispõe anualmente de uma verba de R\$ 500 milhões para P&D e já contempla propostas de cibersegurança. É o caso do projeto de gestor de segurança cibernética operativa, já concluído pela Cemig Distribuição, no valor de quase R\$ 2 milhões.

A Copel planeja investir no próximo ano R\$ 5 milhões em um programa de P&D para o desenvolvimento de um sistema de detecção de intrusão para tecnologia de operação, que envolve sistema de inteligência artificial, machine learning entre outras tecnologias mais arrojadas. O projeto será submetido à Aneel e terá de atender uma série de requisitos como capacitação técnica e pessoal, segundo Edson Jose Marcolin, superintendente de operação de geração e transmissão da Copel.

“Hoje cada empresa tem seu próprio jeito de se proteger de ataques cibernéticos. É necessário padronização para evitar exposição a riscos”, diz o general Luiz Felipe Carbonell, superintendente da assessoria de informações da hidrelétrica Itaipu Binacional. Ele lidera o comitê de segurança cibernética de infraestrutura crítica criado pela Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage). São mais de 20 empresas associadas que se reúnem, há um ano, para traçar um plano de ação em prol da segurança que envolve desde regulamentação à proteção das usinas. A meta é conseguir uma repercussão junto ao governo.

Enquanto a Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate) criou uma força-tarefa, coordenada pela Eletrosul, para melhorar a segurança contra ataques cibernéticos aos sistemas das empresas e padronizar sua infraestrutura de transmissão de dados. O grupo, que conta com a participação de 13 concessionárias do total de 16 associadas, apresentará ao Conselho de Administração da Abrate, até o fim deste ano, um guia de referência com diretrizes políticas e boas práticas de forma que as concessionárias fiquem compliance.

Por iniciativa de Itaipu, foi estabelecido um convênio tripartite – Itaipu, o Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) e o Exército – para o desenvolvimento de um laboratório destinado à segurança cibernética, que será gerado no centro de estudos de proteção de infraestrutura crítica da fundação de Itaipu. O projeto, que envolve aporte de US\$ 4 milhões servirá de suporte às obras de modernização da usina de Itaipú, que migrará do modelo analógico para o digital.

O projeto que conta com investimento de R\$ 5 bilhões levará 10 anos para ser concluído, e permitirá o aumento de 11% no aproveitamento da energia gerada hoje pela usina. A modernização englobará troca das turbinas de mais de 20 unidades geradoras de energia e incorporação de sistema de segurança cibernética de infraestrutura crítica.

A Light criou uma área específica só para cuidar da segurança da informação. Além de separar a rede corporativa, que conecta sites e clientes, da rede operativa – que cuida das subestações, usina, smart grid –, a empresa terceirizou serviços para detecção de eventuais fragilidades no sistemas intermediários da rede. “A segurança tem de vir das pessoas e não só da área de TI”, diz Leonardo Botelho, superintendente de TI da Light.

“Considerando uma faixa de 0 a 5, o país apresenta apenas 1,8% de segurança cibernética de infraestrutura crítica”, afirma Marcelo Branquinho, CEO da TI Safe, especializada em segurança crítica. Segundo ele, as concessionárias precisam fazer uma análise de risco, vulnerabilidades, planejamento de

segurança e implementar soluções de firewall, controle de malware e solução de plantas industriais.

O setor de energia é o que mais considera a importância de IoT, conforme pesquisa desenvolvida pelo IDC. Dos 57% profissionais de segurança entrevistados, cerca de 30% era da área. A tendência é IoT monitorar o consumo e a produção de energia nos próximos anos.

MME / ASCOM .